


**CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS  
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL  
PROGRAMA DE ESTUDO PÓS-GRADUADO EM POLITICA  
SOCIAL**

**LEONARDO GENAIO NETO**

**SOLIDARIEDADE E CAPITAL SOCIAL:  
UM ESTUDO DAS SUAS EXPRESSÕES NA  
PASTORAL DA CRIANÇA EM NITERÓI**

**UNIVERSIDADE  
FEDERAL  
FLUMINENSE**



**NITERÓI  
2007**

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS  
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL  
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM POLÍTICA SOCIAL

**LEONARDO GENAIO NETO**

SOLIDARIEDADE E CAPITAL SOCIAL: UM ESTUDO DAS SUAS EXPRESSÕES NA  
PASTORAL DA CRIANÇA EM NITERÓI

NITERÓI  
2007

**LEONARDO GENAIO NETO**

**SOLIDARIEDADE E CAPITAL SOCIAL: UM ESTUDO DAS SUAS EXPRESSÕES  
NA PASTORAL DA CRIANÇA EM NITERÓI**

Dissertação apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social, da Escola de Serviço Social, da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Política Social.

**PROF. DR. JOÃO BÔSCO HORA GÓIS**  
**Orientador**

Niterói  
2007

**LEONARDO GENAIO NETO**

Dissertação apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social, da Escola de Serviço Social, da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Política Social.

Aprovada em outubro de 2007.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. João Bôsko Hora Góis  
Universidade Federal Fluminense

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Samantha Viz Quadrat  
Universidade Federal Fluminense

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lenaura de Vasconcelos Costa Lobato  
Universidade Federal Fluminense

Niterói  
2007

## **RESUMO**

Este trabalho examina as ações desenvolvidas pela Pastoral da Criança no município de Niterói- RJ. Especificamente, ele se debruça sobre o modo como as líderes comunitárias percebem o desenvolvimento das ações e sobre a capacidade dessas mesmas ações gerarem relações mais solidárias e capital social entre os diferentes atores envolvidos. Dados para a pesquisa foram coletados em diferentes fontes, principalmente entrevistas realizadas com as líderes e corroboram a hipótese inicial de trabalho.

**Palavras-Chave:** Solidariedade, capital social, Pastoral da Criança

## **ABSTRACT**

This theses aims at examining the activities carried out by Pastoral da Criança in Niterói, Brazil. It seeks to understand how its leadership perceive the development of such activities and their ability to generate more solidarity and social capital among those involved. Data were collected from different sources, mainly interviews.

**Key words:** Solidarity, social capital, Pastoral da Criança

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	2
1. Solidariedade .....	2
2. Expressões Concretas de Solidariedade .....	6

## CAPITULO I

Pastoral da Criança: origens, forma de atuação e efeitos .....	19
A Pastoral da Criança: Redução da Mortalidade Infantil no Brasil e Relação com o Setor Governamental .....	25
Pastoral da Criança: uma rede de solidariedade e voluntariado .....	30
A Pastoral da Criança na Arquidiocese de Niterói .....	34

## CAPITULO II

Líderes da Pastoral da Criança: perfil, avaliação e capital social .....	36
1 – Perfil das Líderes .....	39
1. 1 – Sexo e Idade do Voluntariado .....	39
1. 2 – Estado Civil e Maternidade .....	41
1. 3 – Escolaridade, Profissão e Renda Familiar .....	41
1. 4 – Identificação Religiosa .....	43
1. 5 – Cor ou Raça .....	43
1. 6 – Inserção na Pastoral da Criança .....	44
1. 7 – Tempo de Participação na Pastoral .....	44
1. 8 – Função na Pastoral .....	45
1. 9 - Tempo de Dedicção as Atividades e Estimativa de Atendimento .....	46
2 – A Percepção das Líderes Sobre a Pastoral da Criança .....	47
2. 1 – Ações Básicas .....	47
2. 2 – Aspectos negativos .....	48
2. 3 – Aspectos Positivos: a Pastoral da Criança como Agente Gerador de Capital Social .....	51

2.3.1 – Mudanças na vida da Comunidade e da Líder .....	58
3 – Trabalho na Pastoral e Capital Social .....	60
3.1 – Confiança .....	60
3.1.1 – Amizade Como Relação Social .....	61
3.1.2 – Relação de Confiança Entre as Líderes e as Atendidas .....	63
3.1.3 – Amizade e Confiança Entre as Líderes e as Famílias .....	64
3.2 – Motivação, Colaboração e Reciprocidade .....	65
3.3 – Participação Cívica .....	65
3.4 – Confiança Institucional .....	66
3.4.1 – Confiança na Pastoral da Criança .....	66
Conclusão .....	68



## **Agradecimentos**

Esta trajetória só foi passível porque muitas pessoas estiveram presentes e acreditaram no nosso projeto de trabalho e, mais auxiliaram e só assim foi exequível a presente Dissertação. Dessa forma, alguns agradecimentos são imprescindíveis.

Em primeiro lugar agradeço ao Professor Dr. João Bosco Hora Góis, não apenas pela orientação acadêmica, mais também pela sua solicitude que possibilitou um aprofundamento nas questões expostas nesta Dissertação. À minha irmã, Poméia Genáio e a minha mãe, dona Noemi Xavier Lopes que muito incentivou, não só no mestrado mas também nos cursos de graduações em Teologia e Ciências Sociais.

Aos demais professores do Programa que muito me inspirou. As secretárias Lúcia e Skell, sempre atentas, atendiam aos nossos pedidos e necessidades. Aos colegas do mestrado, em especial a Sandra, pelos profícuos e livres debates de idéias.

Um especial agradecimento às voluntárias da Pastoral da Criança do Município de Niterói que gentilmente concederam entrevistas. Sobretudo a ex-coordenadora Zeneida Neves Muniz e a atual coordenadora arquidiocesana Marília da Silva Almeida pelas suas contribuições e empréstimos de livros e fontes primárias.

Aos amigos, Anderson Paulino, Renata Cardoso e João Batista pelos empréstimos de livros e leituras críticas dos textos e transcrição de entrevistas. E as palavras de entusiasmo do Bispo de Nova Friburgo Dom Rafael Llano Cifuentes e a todos os padres jesuítas do Colégio Anchieta.

## INTRODUÇÃO

A idéia de estudar Pastoral da Criança está relacionada diretamente à minha militância social e religiosa. Meus primeiros contatos com ela se deram já quando da sua implantação na Arquidiocese de Niterói, em 1991, pelo Arcebispo Dom Carlos Alberto Etchandy Gimeno Navarro e pela professora Zeneida Neves Muniz. Naquele momento, com padres poloneses da Sociedade do Apostolado Católico, desenvolvia trabalhos junto a jovens na Paróquia de São Sebastião de Itaipu, Niterói.

Sempre vislumbrei nas pastorais sociais, em função da trajetória da Igreja na América Latina em suas conferências episcopais que afirmam a “opção preferencial pelos pobres”, uma possibilidade de contribuição para a transformação social.

Com os trabalhos pastorais na Paróquia e o meu ingresso no Seminário Palotino, onde iniciei os estudos de filosofia e de teologia, aumentei o meu interesse pelas pastorais sociais. Saindo do seminário e concluindo autonomamente os estudos teológicos, dei início ao curso de Ciências Sociais na UFRJ. Ao término desta graduação retomei a “caminhada religiosa” em uma diocese, fazendo “estágio pastoral” em uma paróquia do interior do Estado do Rio de Janeiro onde voltei a ter contato com a Pastoral da Criança. Foi nesse contato que comecei a levantar algumas perguntas sobre o seu trabalho, notadamente os seus pressupostos e impactos. Tais perguntas são, então, as que orientaram a pesquisa aqui introduzida. Além disso, esse contato com a Pastoral me colocou de frente com o uso da idéia de solidariedade enquanto componente de um amplo discurso voltado a congregar pessoas em torno de ações sociais.

### **1 - Solidariedade**

A solidariedade, em termos formais, pode ser definida como o faz o Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa:

Substantivo feminino. 1. Laço ou vínculo recíproco de pessoas ou coisas independentes. 2. Apoio a causa, princípio, etc., de outrem. 3. Sentido moral que vincula o indivíduo à vida, aos interesses dum grupo social, duma nação, ou da humanidade.

A palavra, em sua etimologia, deriva do latim *solidus*, que dá a idéia de sólido, compacto, seguro. Traduzido para solidariedade, já nos invoca presença, testemunho, apoio, fraternidade, entre outros sentimentos.

De forte caráter religioso, a solidariedade é um valor encontrado em distintas religiões orientais e ocidentais como o Budismo, o Hinduísmo e o Espiritismo. Apesar disso, as suas manifestações cotidianas também encontram-se presentes entre indivíduos ateus que a praticam sem esperarem uma “recompensa espiritual”. A solidariedade se expressa e se imbrica com estratégias de sobrevivência e formas de ajuda mútua no cotidiano. Podemos dizer que a solidariedade é um valor universal uma vez que a encontramos em todo o mundo. Todas as culturas, em sua forma específica, praticam algum tipo de ajuda mútua por mais efêmera que possa ser.

O homem é um ser social, inserido em uma cultura. Aprende comportamentos, cria hábitos e reproduz o que assimilou no meio em que se encontra. Tal inserção define também o modo como ele constrói uma percepção sobre quem são os seus iguais e, portanto, os mais merecedores da sua solidariedade. Tendo a expressão mais forte diante do “igual”, do próximo, do irmão, daquele que se conhece, a solidariedade é uma prática mais facilmente praticada entre as pessoas, as famílias, grupos, associações, comunidades, etc.

As pessoas vivem em um determinado lugar, se relacionam com outras pessoas e grupos, famílias, escolas, trabalho, igrejas, associações etc. O cotidiano passa na esfera micro da vida social e associativa. É nela que são estabelecidas as relações de confiança. É a percepção do pertencimento a uma determinada causa o que move o indivíduo ao gesto de solidariedade. Segundo Góis, para Rorty

a questão-chave é que somente podemos desempenhar a nossa solidariedade em direção a uma certa causa, grupo ou indivíduo dentro das fronteiras de uma ambiência mais próxima à nossa existência (física e mental) e cotidiana. É dentro dessa ambiência que construímos o nosso senso de pertencimento e criamos a habilidade de perceber os ‘outros’ como merecedores da nossa solidariedade. Fora das fronteiras das nossas comunidades estão os que, embora nem de todo estranhos por pertencerem à mesma raça humana, são diferentes o suficiente para não serem incluídos em nosso senso imediato de coletividade.<sup>1</sup>

Para Rorty, a solidariedade é expressa mais facilmente quando se destina àqueles que são vistos como um de “nós”, ou seja, a algo menor com significado local e concreto

---

<sup>1</sup> - Góis, João Bôsco Hora. A Solidariedade como um Projeto: o aporte teórico de Richard Rorty. Em Pauta Revista da Faculdade de Serviço social da UERJ, RJ, n. 17. 2002. Pág. 97.

em oposição à noção genérica de raça humana que se torna pouco convincente para o comprometimento das pessoas com ações solidárias. A partir do desafio de olhar as pessoas marginalizadas não como “eles”, os “outros”, e sim como o “nós” (o paroquial), Rorty propõe que devemos observar as nossas similaridades com as deles e ampliar o nosso senso limitado de solidariedade, expandindo o “nós” em direção ao outro.<sup>2</sup>

Romper com aquela estreita concepção e ser solidário com o que sofre e nos parece distante ontem e hoje - como o doente “leproso” na Idade Média e a pessoa com HIV dos anos de 1980, os famélicos brasileiros e africanos - , é um exercício de valorização do reconhecimento do outro como pessoa humana. Colocar-se na mesma situação ou se identificar com o problema, ter a sensibilidade diante da dificuldade do outro, requer uma disposição interna que é exteriorizada na forma de solidariedade, proporcionando um movimento de ajuda ou mesmo de comprometimento.

Góis, com apoio teórico em Rorty, aponta que “existe um sentido universal de solidariedade que pode ser ativado em circunstâncias inúmeras”<sup>3</sup>, tais como em momentos de guerra, catástrofes, epidemias, fome, etc. Nessas situações, experiências anteriores de articulação micro e macro social são retomadas. Examinando a constituição da luta anti-aids nos Estados Unidos, ele ressalta que o “senso de irmandade e pertencimento a uma causa única forjada durante décadas de repressão social e de luta conjunta principalmente nos grandes centros urbanos”<sup>4</sup>, foi o que possibilitou aos homossexuais a criação de uma rede de assistência social não-governamental na luta contra a aids e no cuidado dos portadores do HIV.

Sandra Caponi busca estabelecer uma distinção entre solidariedade, piedade e compaixão. Ela aponta que aquele que recebe o ato caridoso torna-se eternamente grato pela assistência recebida, situação comum nas ações realizadas pelas damas de caridade. Estas atuavam movidas pelo sentimento de piedade e compaixão, não tendo o objetivo de transformação material. Acompanhando o pensamento de Nietzsche, a autora explica essa situação dizendo que “ao realizar atos de caridade o que fazemos é liberar-nos de um padecimento que é nosso”<sup>5</sup> e ainda que

---

<sup>2</sup> Idem. Pág. 98.

<sup>3</sup> Idem. Pág. 93.

<sup>4</sup> Idem. Pág. 96.

<sup>5</sup> Caponi, Sandra. Da compaixão à solidariedade: uma genealogia da assistência médica. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2000. Pág. 19.

O homem caridoso satisfaz uma necessidade de sua alma fazendo o bem. Quanto maior for essa necessidade menor se posiciona no lugar daquele que socorre e que lhe serve para satisfazer essa necessidade, e até reage duro e ofensivo em certos casos<sup>6</sup>.

A caridade, segundo a autora, legitima as desigualdades, pois os “pobres de Deus ‘estão sempre em dívida com o bem que lhes é feito e não tomam consciência da dependência em que são mantidos’.”<sup>7</sup> Uma diferenciação básica entre piedade e solidariedade é apontada pela autora, citando Arendt.

A piedade, ao contrário da solidariedade, não considera da mesma maneira a fortuna e o infortúnio, o forte e o fraco; sem a presença do infortúnio, a piedade não pode existir, e, portanto, tem exatamente o mesmo interesse na existência dos infelizes, que a sede do poder na existência dos fracos.<sup>8</sup>

Tendo em vista que a compaixão diz respeito estritamente ao singular, é a piedade que tem a “função de generalizar esse sentimento às grandes massas de ‘sofredores’”. A piedade não é uma paixão vivida individualmente; ela estende ao âmbito do público. Para Hanna Arendt a solidariedade é a alternativa à piedade como perversão da compaixão.

A solidariedade encontra seu fundamento na simetria dos interesses, em uma desapaixonada comunidade de interesses com os infortunados, na medida em que todos compartilham uma única preocupação por universalizar a dignidade humana.<sup>9</sup>

Ela supera o vínculo do co-sofrimento e situa-se no âmbito da ética, ao passo que a compaixão pode se aproximar da violência em certas circunstâncias. A solidariedade estabelece um diálogo e reconhece o outro como sujeito autônomo que é capaz de tomar decisões, aceitar ou rejeitar as ações solidárias.

A solidariedade pertence ao âmbito da ética, a partir do momento em que só pode existir entre aqueles que se reconhecem como participantes de uma comunidade intersubjetiva de agentes morais. É por isso que uma assistência fundamentada na solidariedade, ainda que passa prescindir do ‘amor pelos que sofrem’, nunca poderá preceder de uma preocupação desapaixonada por seus direitos. (...) devemos concluir que, enquanto a solidariedade refere-se a seres dotados de

---

<sup>6</sup> Ibid. Pág. 20.

<sup>7</sup> Ibid. Pág. 26.

<sup>8</sup> Ibid. Pág. 34.

<sup>9</sup> Ibid. Pág. 35.

linguagem e liberdade, a compaixão pode vir, ao contrário, a reduzir esses seres à condição de coisas, de meios para a consecução de um fim. São eles que possibilitam a realização desses atos altruístas a partir dos quais muitas pessoas e muitas instituições podem ser, publicamente, reconhecidas como virtuosas e humanas.<sup>10</sup>

Diante de um mundo globalizado marcado por exclusão social, vale perguntar sobre os possíveis rumos do desenvolvimento de um “capital solidário” - um catalisador social capaz de gerar mudanças sociais - que atue no âmbito comunitário, fomente a sociabilidade, proporcione vida associativa, crie redes e rompa com a tradicional compaixão piedosa de caráter medieval que atrela o necessitado à gratidão pacífica e o mantém na condição de miserável. A indagação sobre os rumos de um capital solidário só é possível pelo reconhecimento da sua existência. Na próxima seção buscamos apresentar algumas das suas manifestações concretas.

## **2 - Expressões Concretas de Solidariedade**

O Brasil Colônia foi profundamente marcado pela exploração da terra e da mão-de-obra escrava negra africana. Julita Scarano aponta a solidariedade de tribos como forma de proteção de escravos provenientes da mesma sociedade, ou seja, seus conterrâneos.<sup>11</sup>

Na relação senhor e escravo não havia canal de solidariedade. O “nós” se contrapunha ao “eles“. No final do século XVIII, segundo Scarano, alguns senhores alforriavam os seus escravos ou os empregavam. Não por bondade, mas para evitar despesas com alimentação<sup>12</sup>. Isso forçava os escravos a produzirem estratégias de sobrevivência na obtenção de comida a qual era partilhada com os demais vistos como pertencente à “comunidade”.

Sabemos que os pretos que mineravam clandestinamente tinham roças próprias, o que mostra que havia divisão de trabalho - alguns se dedicavam à mineração, outros ao cultivo de alimentos, que eram colocados em comum. Não se trabalhava apenas para si e se praticava uma troca, segundo informações, pois os pretos furtavam não apenas para eles comerem, mas também para darem a outros. Sem dúvida, havia solidariedade, quando tal era necessário.<sup>13</sup>

---

<sup>10</sup> Ibid. Pág. 45.

<sup>11</sup> Scarano, Julita. Cotidiano e Solidariedade vida diária da gente de cor nas Minas Gerais, século XVIII. Editora Brasiliense. Pág. 12.

<sup>12</sup> Ibid. Pág. 43.

<sup>13</sup> Ibid. Pág. 74.

Esse exemplo de solidariedade era uma forma de manter o grupo com um mínimo de condições de sobrevivência. Segundo a autora não só a comida era compartilhada quando obtida, mas também a aguardente era um momento de confraternização.

Escravos ou livres, a solidariedade tinha um papel significativo. Em primeiro lugar, entre os membros da mesma etnia, conforme vemos na conhecida lenda do Chico Rei. Freieyss é um dos que a mencionam, dizendo que os escravos, por mais que desejassem beber aguardente, a economizavam a fim de reparti-la com os de sua nação. Mas havia solidariedade entre diferentes etnias, desde que elas não fossem antagônicas. A distância, os problemas que viviam, o fato de muitos terem nascido no Brasil fazia com que confraternizassem com quem vivia a mesma precária e difícil situação. O alimento e a bebida constituíam assim um pretexto, um meio para o encontro.<sup>14</sup>

Um outro exemplo da presença da solidariedade nas dinâmicas de grupos sociais pode ser encontrada entre os “caipiras paulistas”. Apresentados por Antônio Cândido em “Os Parceiros do Rio Bonito”, a solidariedade entre eles se desenvolvia tendo o sal como elemento de sociabilidade intergrupala. O caipira podia contar com a ajuda mútua dos vizinhos para os mais diversos tipos de trabalho: desde as lavouras - na colheita ou preparação para o plantio - até a construção de pequenas casas cobertas de palha e paredes de pau-a-pique ou mesmo varas não barreadas. É a partir da vida associativa que se desenvolviam e venciam grandes dificuldades. Com a prática de mutirões, a qual implicava uma relação de confiança, desenvolviam todos os trabalhos que um homem sozinho não daria conta de realizar.

A vida associativa geradora de solidariedade aparece de forma extraordinária entre pessoas simples. Analisando melhor notamos que de fato toda a rede de proteção construída é uma estratégia de sobrevivência diante das dificuldades da labuta do dia-a-dia. Podemos destacar nesta relação de confiança e amizade a construção do capital social, tópico que iremos desenvolver em outra parte.

Candido diz que “A fome (...) se caracteriza por exigir satisfação constante e requerer organização social adequada. Ainda segundo o autor,

a alimentação ilustra o caráter de seqüência ininterrupta, de continuidade, que há nas relações do grupo com o meio. Ela é de certo modo um vínculo entre ambos,

---

<sup>14</sup> Ibid. Pág. 81.

um dos fatores da sua solidariedade profunda, e, na medida em que consiste numa incorporação ao homem de elementos extraídos da Natureza, é o seu primeiro e mais constante mediador, lógica e por certo historicamente anterior à técnica.<sup>15</sup>

Satisfazer, portanto, as necessidades básicas de alimentação levam as pessoas, ou melhor, aos grupos à construção de estratégias - entre elas a solidariedade - de obtenção de comida. No caso do Brasil que é um país “rico”, mas marcado pela exclusão e miséria, a população historicamente teve que aprender a trabalhar mutuamente em pequenas comunidades para romper com a fome.

O apelo à retórica da solidariedade pode ser também identificado em vários outros momentos na História do Brasil. Um exemplo mais recente encontra-se na atuação das ONGs/AIDS, cujo papel foi fundamental para a transformação do pânico causado pela epidemia. A década de 80 foi marcada profundamente pelo medo e pela falta de informação em relação à aids e às formas de transmissão do hiv, levando a discriminação e acusação dos homossexuais masculinos como culpados pela epidemia. Segundo Góis, o homossexual masculino infectado pelo HIV é definido como indivíduo solitário, cuja doença acentua o seu isolamento da vida social, em muito sendo responsabilizado pelo próprio sofrimento e de outras pessoas.<sup>16</sup>

Passando por um período de grande pavor diante da morte, pessoas infectadas eram abandonadas nas portas dos hospitais e tratados nos quartos dos fundos. Não raramente, eram expulsas de casa e “abandonadas por amigos de longa data receosos da possibilidade de contaminação física e simbólica.”<sup>17</sup>

O medo e a discriminação levaram à perseguição, sobretudo, de homossexuais masculinos que perdiam os seus empregos e eram acusados de infectarem seus colegas de trabalho. Em muitas unidades do sistema hospitalar das grandes metrópoles eles eram recusados para o atendimento clínico e internação.

Às autoridades de saúde pública pode-se atribuir um papel semelhante. Os agentes governamentais e a imprensa, seja por inércia, má administração técnico-política da epidemia ou intencionalidade, devem ser severamente responsabilizados pela conformação de um discurso preconceituoso sobre a doença e seus afetados. (...) A AIDS expôs nosso lado perverso e egoísta;

---

<sup>15</sup> Candido, Antonio. Os Parceiros do Rio Bonito. Estudos sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 2ª edição. Livraria Duas Cidades. São Paulo 1971. Pág. 28.

<sup>16</sup> Góis, João Bôscio Hora. AIDS. Enciclopédia de Guerras e Revoluções do século XX. Ed. Campus. Pág. 21.

<sup>17</sup> Ibid. Pág. 22.



desenvolveu nossa capacidade de, em gestos diários, rapidamente excluir os diferentes e de produzir o afastamento mesmo daqueles até então vistos como semelhantes; mostrou, nas nossas respostas morais e emocionais, a nossa relação dual com o tema da liberdade individual e do uso do corpo.<sup>18</sup>

Todavia, a aids que gerou tanto pânico e discriminação, mostrou, por outro lado, a força da retórica da solidariedade. Conforme Góis, “As ONGs/AIDS foram porta-vozes importantes dos clamores recentes e da ascensão da idéia de solidariedade como padrão definidor de verdade e humanidade.”<sup>19</sup> Góis aponta que para os membros dessas organizações

a perspectiva da cura teria que ser feita através de uma outra lógica que combinava crenças políticas, elaborações metafísicas e um grande desejo de vencer. Para ele, a cura da AIDS, passará pela ‘solidariedade’. Como sublinha um documento: ‘Contra a solidão, a solidariedade - esta parece ser a fórmula mais simples do único medicamento capaz de curar a AIDS.’<sup>20</sup>

Uma outra expressão da solidariedade pode ser visualizada nas práticas e discursos da Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida encabeçada pelo sociólogo Herbert de Souza ao longo dos anos de 1990. Esse movimento pode ser mais bem entendido quando se apresentam alguns elementos do contexto onde ele surgiu.

A consolidação da democracia no Brasil, após a ditadura militar, permitiu a discussão pública de uma série de problemas sociais, dentre eles o da desigual distribuição de renda e a da miséria. Nesse contexto, emergiu também a questão da fome e a necessidade de montagem de estratégias para combatê-la. Em 1987, antes da Assembléia Constituinte, a Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição aprovou a campanha intitulada “Alimentação como direito de todos e dever do Estado”, colocando a questão no plano dos direitos sociais.<sup>21</sup> Tratava-se de um momento bastante conturbado na vida nacional. Ali, o “Movimento pela Ética na Política” que tinha como objetivo “Aglutinar as esperanças e ações de todo o povo na direção de uma política guiada por valores éticos em favor da justiça social, da solidariedade e da vida”<sup>22</sup>, conseguiu agregar forças suficientes para que fosse declarado o impeachment do presidente Fernando Collor de Mello. Foi nesse

---

<sup>18</sup> Ibid. Pág. 22.

<sup>19</sup> Góis, João Bôsco Hora. Tese de Doutorado. Pág. 416.

<sup>20</sup> Góis, João Bôsco Hora. Tese de Doutorado. Pág. 408.

<sup>21</sup> Vasconcelos, Francisco de Assis Guedes de. Fome, solidariedade e ética: uma análise do discurso da ação da Cidadania contra a fome, a Miséria e pela Vida. História, Ciência, saúde. vol. 11. Rio de Janeiro 2004. Pág. 261.

<sup>22</sup> Ibid. Pág. 261. Citando a Ação da cidadania.

contexto que emergiu a “Ação da Cidadania Contra a Miséria e pela Vida”. Vasconcelos, diz que o seu objetivo era

Mobilizar, acima de tudo sensibilizar, a sociedade para a necessidade de mudanças fundamentais e urgentes capazes de transformar a realidade econômica, política e social do país... que leva à exclusão, à fome e à miséria.<sup>23</sup>

Ainda segundo esse autor, a coordenação do movimento ficou aos cuidados da Secretaria Executiva Nacional da Ação da Cidadania que tinha como integrantes os representantes das seguintes entidades:

Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); Central Única dos Trabalhadores (CUT); Conselho Federal de Economia (Confecom); Instituto Brasileiro de Análise Sociais e Econômicas (Ibase); Instituto de Estudos Sócio-Econômicos (Inesc); e Associação Nacional de Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes). Cada comitê tinha como tarefa básica a articulação de dois tipos de ação em seu âmbito territorial: ações emergências de combate à fome, que consistiam de diversas atividades de ajudas alimentar; e ações de pressão sobre a opinião pública.<sup>24</sup>

Segundo Landim<sup>25</sup>, Luís Inácio Lula da Silva no mesmo ano apresentou ao então Presidente da República Itamar Franco um Programa de Segurança Alimentar com estratégias de combate à miséria que seriam coordenadas por um órgão interministerial ligado diretamente à Presidência da República. A ser instituído como um fórum de parceria entre governo e sociedade civil, foi indicado para a sua coordenação o sociólogo Herbert de Souza que não aceitou a indicação. O Movimento pela Ética na Política indicou então o Bispo de Duque de Caxias RJ, Dom Mauro Morelles para presidir o organismo com representantes do governo e da sociedade civil.

De acordo com Vasconcelos, o discurso da solidariedade presente na campanha colocava cada brasileiro como responsável ou co-responsável pela fome no Brasil, o seu tema central. A campanha também enfocava os altos índices de mortalidade infantil, salientado que “Morrem 300 mil crianças no Brasil, por ano, de mortes que poderiam ser totalmente evitáveis.”<sup>26</sup>

---

<sup>23</sup> Ibid. Pág. 261.

<sup>24</sup> Ibid. Pág. 262.

<sup>25</sup> Landim, L. Ações em Sociedade Militância, caridade, assistência etc. Nau. Rio de Janeiro 1998. Pág. 253.

<sup>26</sup> Vasconcelos, Francisco de Assis Guedes de. Fome, solidariedade e ética: uma análise do discurso da ação da Cidadania contra a fome, a Miséria e pela Vida. História, Ciência, saúde. vol. 11. Rio de Janeiro 2004. Pág. 263.

O discurso da Ação da Cidadania buscava destacar a contradição entre, de um lado, a grande extensão da fome, e, de outro, a existência de desperdícios e a alta produção de alimentos em nosso país.

O Brasil produz alimentos suficientes para alimentar toda a sua população e mais outros países da América Latina. Sobra comida no Brasil segundo estudos técnicos. Porém falta comida no prato do brasileiro.”<sup>27</sup>

Todo o apelo à solidariedade desenvolvido pela campanha teve forte apoio dos meios de comunicação. Segundo Landim, a mídia foi um “fator de peso fundamental para a existência, construção e legitimação de um movimento como a Campanha - segundo o IBOPE, 85% dos que declararam conhecer a Ação da Cidadania a descobriram pela TV.”<sup>28</sup>

Uma outra expressão da presença e força da solidariedade na produção de ações coletivas pode ser encontrada em organizações não-governamentais - ONGs que se expandiram ao longo dos anos de 1990.

O termo ONG, no Brasil, de acordo com Landim<sup>29</sup>, apareceu nos anos de 1980 para identificar as entidades que se formaram, a partir dos anos 70, “misturando cristianismo e marxismo, militância e profissionalismo dentro de um quadro de crescente cooperação internacional não-governamental.” Esse processo evidenciava uma gradativa mudança na percepção da sociedade civil organizada em relação às questões sociais em comparação àquelas associadas ao período totalitário. Essa mudança, em alguma medida, estava associada a ideais religiosos, o que pode ser facilmente entendido quando se observa o papel da Igreja Católica na resistência à ditadura. Como ressalta Andrade<sup>30</sup>, se por um lado representantes da Igreja Católica apoiavam o Golpe Militar de 64, por temer o comunismo potencial do governo de João Goulart, por outro, muitos bispos e padres colocavam-se contra o Regime Militar. Entre eles destaca-se Dom Paulo Evaristo Arns que tinha em sua linha pastoral as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) - outra expressão do capital solidário - dinamizadas por pressupostos da Teologia da Libertação.

---

<sup>27</sup> Vasconcelos, Francisco de Assis Guedes de. Fome, solidariedade e ética: uma análise do discurso da ação da Cidadania contra a fome, a Miséria e pela Vida. História, Ciência, saúde. vol. 11. Rio de Janeiro 2004. Pág. 264.

<sup>28</sup> Landim, L. Ações em Sociedade Militância, caridade, assistência etc. Nau. Rio de Janeiro 1998. Pág. 255.

<sup>29</sup> Landim, L. Para além do mercado e do Estado? Filantropia e cidadania no Brasil. Rio de Janeiro: ISER, 1993.

<sup>30</sup> Avelar, L & Cintra, A. O. (orgs) 2004. Sistema Político Brasileiro: uma introdução. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Siftung; São Paulo: Fundação Unesp Ed. Capítulo 7 - Andrade, Paulo Fernando Carneiro de. Pág. 321 e 322.

Essa Teologia se desenvolveu no Brasil e na América Latina tendo como pano de fundo uma conjuntura histórica e teológica. Primeiro, em um contexto sócio-político-econômico e social que perpassa por uma intensificação de dominação e opressão, pacto populista, teoria da dependência, movimentos populares e resistência de grupos organizados. Segundo, um contexto eclesial do episcopado brasileiro, com a presença da Ação Católica, Movimento de Educação de Base, Comunidades Eclesiais de Base, etc. Por fim, um contexto teológico que vivia a euforia de abertura da Igreja com o Concílio do Vaticano II, reforçada pelos documentos do Episcopado da América Latina: de Medellín (1968) que fez uma opção pela libertação e de Puebla (1979) que fez uma opção pelos pobres.

A Teologia da Libertação deriva da temática da libertação e da própria libertação histórica. Segundo Boff, trata-se da reflexão da práxis libertadora que se realiza como iluminação e animação da prática de libertação. Propiciando “criatividade e fecundidade ao compromisso cristão de transformação de nossa realidade conflitiva”.<sup>31</sup> Essa teologia nasceu da prática pastoral da Igreja com os pobres. Em uma entrevista o autor ressalta:

Importa dizer que esta teologia levou muitos a aceitarem o martírio, como a irmã Doroty Stang, meu ex-aluno padre Josimo, assassinado por fazendeiros, o arcebispo de El Salvador que foi morto sobre o altar, misturando seu sangue com o sangue do Cordeiro, e tantos outros leigos e leigas. Marx não é nem pai nem padrinho desta teologia, mas os profetas, a prática de Jesus e dos apóstolos, que sempre tiveram o cuidado pelos pobres como parte essencial da evangelização.<sup>32</sup>

Gutierrez, teólogo peruano, foi o formulador inicial da Teologia da Libertação na América Latina, colocado-a como proposta de uma teologia da salvação nas condições históricas, concretas e políticas. Essas mediações “históricas e políticas atuais, valorizadas por si mesmas, alteram a vivência e a reflexão sobre o mistério escondido desde todos os tempos revelado agora, sobre o amor do Pai e a fraternidade humana, sobre a salvação.”<sup>33</sup>

Novaes ressalta que a Igreja Católica nos anos 1960 tornou-se parceira do Estado nacional-desenvolvimentista. Essa autora também aponta que com o documento “Declaração da CNBB Sobre a Situação Nacional”, a Igreja apóia explicitamente o golpe de 1964. Ali “se afirmava, sobretudo, que a implantação do comunismo ateu que estaria

---

<sup>31</sup> Boff, Leonardo. *Vida Segundo o Espírito* 5ª Edição Vozes. Petrópolis 1995. Pág. 160 e 161.

<sup>32</sup> Boff, Leonardo. ‘A Igreja tem que abrir suas portas para o povo’. *Jornal O Globo*. 13 de maio de 2007.

<sup>33</sup> Gutierrez, Gustavo. *Teologia da Libertação*. 6ª edição. Petrópolis: Vozes, 1986. Pág. 268.

ameaçando o País fora afastado graças à atuação das Forças Armadas.”<sup>34</sup> Todavia, a autora chama a atenção para o fato de que em dezembro de 1965 o Concílio Vaticano II é concluído e “nos anos seguintes, questões relativas aos direitos humanos - principalmente após as torturas sofridas por membros da Igreja - se encarregam de tornar explícito o conflito entre a Igreja Católica atualizada e o regime militar.”<sup>35</sup> Segundo a autora foi o regime militar, com o cerceamento das liberdades democráticas, que de certa forma, viabilizou “o projeto da católica de ‘ir às bases’ e constituir Comunidades Eclesiais.”<sup>36</sup>

Segundo Teixeira<sup>37</sup>, para melhor entender o início das CEBs no Brasil, é necessário entender o contexto sócio-cultural e eclesial brasileiro. Em relação ao contexto eclesial nacional, o autor chama a atenção para a tradição leiga do catolicismo popular no Brasil originada na escassez, até a metade do século XIX, de ministros ordenados (padres) para o atendimento da população. Esta escassez de padres forçava a Igreja a confiar maiores responsabilidades aos leigos. Segundo o autor,

Entre tais iniciativas que exerceram um papel precursor, preliminar e seminal das CEBs neste período podem-se agrupar aquelas animadas por uma preocupação com a educação de base e a evangelização comunitária (a experiência da catequese popular de Barra do Piraí, Movimento de Natal, a experiência pastoral de Nízia Floresta e o Movimento de Educação de Base); com a afirmação da cidadania do laicato (Ação Católica Especializada - em particular a Juventude Universitária Católica e a Juventude Estudantil Católica); com os esforços de uma renovação pastoral e planificação pastoral (Movimento por um Mundo Melhor e os Planos de Pastoral da CNBB: Plano de Emergência e Plano de Pastoral de Conjunto) e com a rearticulação da pastoral popular sob a pressão da situação política (sobretudo após o golpe militar de 1964).<sup>38</sup>

Teixeira ressalta que, contudo, isso por si só não explica o surgimento das CEBs no Brasil. Para ele, é necessário que também se compreenda o contexto eclesial mais amplo, notadamente a abertura proporcionada pelo Concílio Vaticano II a qual foi reforçada na América Latina pelas Conferências de Medellín e Puebla que confirmaram o espírito renovador do Concílio dando uma dimensão mais ampla da Igreja no campo social. O autor aponta que

---

<sup>34</sup> Novaes, Regina Célia Reyes. *Consciência, Identidade e Cultura: visitando conceitos* - Lesbaupin, Ivo (organizador). Igreja: comunidade e massa. São Paulo. Paulinas 1996. Pág. 76/77.

<sup>35</sup> Ibid.

<sup>36</sup> Ibid.

<sup>37</sup> Teixeira, Faustino L. C. *CEBs, Cidadania e Modernidade: uma análise crítica*. São Paulo. Pulinas, 1993. Pág. 11.

<sup>38</sup> Ibid. Pág. 12.

Não dá para entender corretamente a origem das CEBs no Brasil fora do grande horizonte de liberdade e profetismo sintonizado com o acontecimento conciliar. As Conferências de Medellín e de Puebla não apenas confirmam o espírito renovador do Concílio, mais o prolongam na direção do engajamento da Igreja no campo social, assumindo corajosamente a opção pelos pobres e pela libertação integral.<sup>39</sup>

As CEBs, a partir dos pressupostos da idéia da dimensão preferencial da Igreja pelos pobres, imprimiram nas práticas pastorais um caráter popular.

Diante desta conjuntura da história das CEBs surge um novo paradigma de cultura na Igreja. Segundo Boff

Pensamos também que as CEBs estão criando uma ‘nova cultura’ na Igreja, um novo jeito de viver e expressar a fé. É a ‘cultura da libertação’. Isso aparece nas falas, nas celebrações e nas artes populares das CEBs: cantos, figuras etc. Ao mesmo tempo as CEBs estão contribuindo para a criação de uma cultura popular - uma cultura de participação, de conscientização, de solidariedade, de compromisso e de abertura à dimensão ética e religiosa da vida.<sup>40</sup>

Novaes citando Oliveira, afirma que

não é exagero dizer que os círculos bíblicos são a alma das CEBs. É ali, nos pequenos grupos homogêneos, com reuniões semanais em torno à reflexão sobre o cotidiano da vida, que se opera a articulação profunda entre o religioso e o vivido, que é a força impulsionadora das CEBs<sup>41</sup>

A articulação das Comunidades em torno dos círculos bíblicos é considerada fonte de vida associativa estruturada em uma dinâmica de fé e vida. Examinando essa questão, Teixeira destaca a importância da comunidade no processo de “troca (partilha), afetividade, reconhecimento, convivência, solidariedade e sociabilidade.”<sup>42</sup> O autor aponta que no início dos anos 1980 os agentes pastorais foram incentivados a engajarem-se na política partidária e em movimentos, sindicatos, associações, etc. “Houve em muitos casos um aproximação de animadores com a Central Única dos Trabalhadores e, por ocasião das eleições de 1982

---

<sup>39</sup> Ibid. Pág. 13.

<sup>40</sup> Ibid. Pág. 71. - Boff, Clodovis. Comunidades Eclesiais de Base e Culturas.

<sup>41</sup> Ibid. Pág. 95. Novaes, Regina. Nada será como antes, entre urubus e papagaios.

<sup>42</sup> Ibid. Pág. 16.

e 1986, com o Partido dos Trabalhadores.”<sup>43</sup> Galletta, a partir de questionários aplicados aos participantes no Encontro Intereclesial de CEBs em Itaici – SP, aponta que em 1981 ficou evidente que 31% dos membros das CEBs participavam de partidos políticos e em 1983 a Intereclesial de Canindé - CE - subira para 50% os que participavam de partidos políticos.<sup>44</sup> O autor apresenta candidatos engajados à pastoral popular nas eleições de 1982, onde o Partido dos Trabalhadores (PT) contava com um total de 602 candidatos.<sup>45</sup> Os resultados das Eleições de 1982, dos candidatos ligados à Pastoral Popular, segundo o autor, foi um total de 80 eleitos pelo PMDB e apenas 34 pelo PT. Somando todos os candidatos de todos os partidos temos um total de 117 eleitos.<sup>46</sup>

Ainda no início da década de 80 não só o mundo político sofreu reordenamento, transformações. O “vento” também bateu no mundo eclesial, com o vulto do Papa João Paulo II, eleito em 1978, que focalizou o seu Pontificado na “luta” contra o Comunismo. Ele afastou as expressões marxistas dos movimentos e das pastorais populares, nomeando bispos não comprometidos com a Teologia da Libertação.

A Teologia da Libertação exerceu um papel importante na busca de transformação da realidade presente nas CEBs no período de repressão ditatorial no Brasil. Segundo Skidmore, as pessoas

que viviam no campo não tinham coragem de se organizar por causa do rigoroso controle exercido conjuntamente pelo governo e os grandes proprietários de terras. Os da cidade nada podiam fazer por se acharem acuados pela repressão governamental. (...) Em consequência, não havia manifestações continuadas de protestos em nível significativo, quer pelo trabalho organizado, quer não.<sup>47</sup>

Ainda segundo o autor, a Igreja Católica representou o único centro de oposição institucional frente à Ditadura Militar. Em 1975, os bispos do Estado de São Paulo, sob a liderança de Dom Paulo Evaristo Arns, lançaram um documento contra a tortura no Brasil denominado “Não oprimas teu irmão” no qual expressavam a posição de alguns bispos da Igreja frente à repressão militar. Segundo Teixeira, citando Mainwaring, de 1974 até 1982, a Igreja Católica no Brasil foi considerada internacionalmente a mais progressista do

---

<sup>43</sup> Ibid. Pág. 20.

<sup>44</sup> Galletta, Ricardo. Pastoral Popular e Política Partidária. São Paulo. Paulinas, 1986. Pág. 16.

<sup>45</sup> Ibid. Pág. 32/33.

<sup>46</sup> Ibid. Pág. 34.

<sup>47</sup> Skidmore, Thomas. Brasil: de Castelo a Tancredo. 2ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra. Pág. 216.

mondo.<sup>48</sup> As CEBs tiveram um papel fundamental na formação de vários movimentos sociais como o MST e sindicatos e apoio ao Partido dos Trabalhadores (PT), bem como várias pastorais populares e movimentos da Igreja Católica os quais, por sua vez, contribuíram para a redemocratização do país.

Baquero chama a atenção para o fato de

que a democracia requer, pelo menos, um nível mínimo de capital social, ou seja, normas e formas de associações que possibilitariam o surgimento de confiança dos cidadãos nas autoridades constituídas e nas instituições vigentes.<sup>49</sup>

A Igreja Católica, como instituição milenar, goza de confiança por parte da sociedade civil e do governo. Esse capital parece ser utilizado na construção de uma das suas ações sociais mais efetivas: a Pastoral da Criança. Sobre essa Pastoral, contudo, cabe perguntar:

- a) Em que medida o seu trabalho implica na ruptura com um padrão de ação moldado pela piedade e pela compaixão?
- b) As suas ações têm se servido da capilaridade e do capital social da Igreja. Têm a Pastoral também sido capaz de criar ela mesma capital social? Importa-nos, particularmente, saber como as líderes que trabalham para a Pastoral produzem impactos e agregam capital social.

A nossa pesquisa se estrutura em torno dessas duas perguntas. Para respondê-las foram compulsados um conjunto de fontes que pode ser dividido em dois grupos:

Fontes escritas: relatórios, projetos, folhetos explicativos, material instrucional, jornais.

Fontes orais: entrevistas com líderes comunitários.

Além disso, trabalhamos também com observação participante. O pesquisador realizou visita a uma das comunidades atendidas pela Pastoral identificando as dificuldades de operacionalização do projeto em um morro de difícil acesso. Para isso contou com a ajuda de quatro líderes. O pesquisador acompanhou a rotina de visitas domiciliares mensais a casa das famílias atendidas. Antes de iniciarem o trabalho, as líderes deram as mãos e fizeram uma oração pedindo a Deus para alcançar sucesso na empreitada marcando com esta ação a identidade de uma religiosidade católica. As impressões iniciais foram de um

---

<sup>48</sup> Teixeira, Faustino. Os encontros intereclesiais de CEBs no Brasil. São Paulo. Paulinas 1996. Pág. 22/23.

<sup>49</sup> Baquero, Marcello. Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil. Revista de Sociologia, nº 21: 83-108. Nov. 2003. Pág. 86.



lugar abandonado. Em uma escada estreita de cimento que escorria esgoto, crianças negras, magras e descalças brincavam de bola em meio o morro e a escada. As visitas às famílias se deram rapidamente com conversa curtas, buscando saber da saúde das crianças e das dificuldades enfrentadas pelas mães. Uma mãe desempregada foi indicada para um trabalho em uma casa como diarista por uma das líderes. Nessa casa, a mulher atendida disse que não nos convidaria para sentar porque não tinha nenhuma cadeira. Notamos que nessa comunidade havia luz elétrica e água encanada, porém as famílias não tinham água nas torneiras há alguns dias. Percebemos também que não há coleta de lixo e este é depositado no próprio morro, atraindo ratos e insetos o que agrava a possibilidade de desmoronamento em épocas de chuvas e afeta diretamente a saúde das famílias da comunidade. Continuando a “caminhada”, passamos por algumas gestantes não acompanhadas pela Pastoral, muitas nitidamente na adolescência. As líderes da Pastoral justificavam a situação dizendo que era por falta de pessoas para acompanhar. Em uma família vimos a mãe dando “banho” na filha, de mais ou menos três anos, em frente da casa com água suja que era depositada em um recipiente cheio de folhas secas. Quando uma das líderes questionou a genitora e explicou que não era adequado dar o banho com aquela água, esta respondeu que buscou a água em um poço e disse: “Não faz mal não! Ela toma banho com água que tem sapo!” Um outro caso que nos chamou a atenção foi de um menino de um ano e alguns meses cuja mãe o usa para pedir dinheiro na rua. Ao chegarmos na sua casa fomos atendidos pela avó, que de todas as formas tentava justificar a filha em relação à atitude de explorar a criança, mesmo já tendo sido chamada pelo Conselho Tutelar. Uma das líderes, conversando com a avó, pediu para ver a criança já que a genitora se recusava em mostrar. Depois de algum tempo de insistência, a avó foi buscar o menino que estava visivelmente desnutrido. Já quase ao fim das visitas, no topo do morro, duas crianças correram em direção a uma das líderes chamando-a de tia, abraçando-a e beijando-a.

A estrutura da dissertação busca responder a um conjunto de questões teóricas, históricas e empíricas. Assim, no primeiro capítulo buscamos examinar a forma como a Pastoral foi criada: as motivações iniciais, os atores envolvidos, os recursos disponíveis, a estrutura operacional e os resultados obtidos. Já o segundo capítulo sobre o conceito de capital social ao mesmo tempo em que traz os dados e análises das entrevistas realizadas as quais serão estruturadas em torno da forma como o trabalho da Pastoral, além dos impactos

na redução da mortalidade infantil, o que ela agrega aos seus voluntários e beneficiários em termos de novos capitais, principalmente capital social.

## Capítulo I

### Pastoral da Criança: origens, forma de atuação e efeitos

A Pastoral da Criança é um organismo de ação social da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil). Já foi indicada três vezes para o Prêmio Nobel da Paz e vem sendo apontada pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) como a maior Organização Não-Governamental (ONG) do mundo a trabalhar na área de saúde, nutrição e educação da comunidade. Como começou esta história?

Em maio de 1982, na reunião da Organização das Nações Unidas (ONU), em Genebra, que tratava sobre a paz no mundo e a pobreza, encontravam-se presentes o Diretor-Executivo do UNICEF, James Grant, e o então Cardeal Arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns.

Grant ficou interessado em conhecer o Cardeal já que ele queria que o UNICEF no Brasil tivesse a Igreja Católica como aliada. Propõe então ao Cardeal Dom Arns que a ação da Igreja poderia ajudar a salvar milhares de vidas de crianças que morriam vítimas da pobreza, da desigualdade social e econômica e de doenças facilmente preveníveis. Retornando ao Brasil, Dom Paulo Evaristo Arns telefonou para a sua irmã, a Dra. Zilda Arns Neumann - médica pediatra e sanitarista que durante muitos anos cuidou de crianças em Curitiba - propondo-lhe a idéia de pensar como poderia tornar realidade a participação da Igreja no combate da desnutrição e mortalidade infantil no país.

Em setembro de 1983, foi apresentado pela Dra. Zilda Arns Neumann o projeto da Pastoral da Criança à CNBB. Coube a Dom Geraldo Magella Agnelo, na ocasião Arcebispo de Londrina, acompanhar os trabalhos da Pastoral para a implantação do projeto. Dom Geraldo foi em seguida transferido para Roma, sendo substituído por Dom Alfredo Novak.<sup>50</sup> Deram início ao trabalho na paróquia de São João Batista, no município de Florestópolis a cem quilômetros de Londrina, no norte do Estado do Paraná, com cerca de quinze mil habitantes. Dom Geraldo e Dra. Neumann escolheram esse município para testar o modelo, por ser muito carente e pertencer a sua Diocese.

---

<sup>50</sup> - O responsável atual é Dom Aloysio José Leal Penna, Arcebispo de Botucatu.

Segundo Araujo, para o diretor do UNICEF a experiência deveria ser feita inicialmente na cidade de São Paulo, o que seria justificado pelo elevado número de migrantes e famílias pobres que moram na sua periferia. Todavia, o Cardeal Arcebispo de São Paulo, com sua experiência pastoral, preferiu um lugar que oferecesse melhores condições para esse tipo de trabalho e que pudesse receber um acompanhamento direto de um bispo, o que é uma das características da ação pastoral da Igreja Católica.<sup>51</sup>

Segundo Batalha<sup>52</sup>, quando Grant sugeriu ao Cardeal Arcebispo de São Paulo que a Igreja Católica poderia salvar vidas de crianças estava, na verdade, se referindo à força da rede de paróquias que a Igreja possui espalhada em todo o Brasil, ou seja, contando com o apoio logístico da Instituição e naturalmente com a sua tradição no campo de assistência social<sup>53</sup>.

Mesmo nos pontos mais distantes, esquecidos e ermos, a Igreja Católica se faz presente, e, sendo um trabalho católico, a Pastoral pode estar presente em cada paróquia brasileira. (...) Com o passar dos anos, a Pastoral da Criança foi se fortalecendo e superou a rede criada pelo catolicismo. Levou para fora das paredes das igrejas e das missas dominicais, por meio das visitas dos voluntários a cada casa, a mensagem cristã de amor, fé e solidariedade.<sup>54</sup>

A Dra. Zilda atuara, durante treze anos, como diretora de Postos de Saúde e Clubes de Mães na região metropolitana de Curitiba. Já possuindo experiência com as famílias mais pobres, ensinando as mães durante as consultas como cuidar melhor de seus filhos, ela sentia falta de um trabalho de educação nas comunidades diretamente com as famílias e especialmente voltado para as mães<sup>55</sup>.

Desenvolvido a metodologia para o desenvolvimento das atividades, a fundadora da Pastoral da Criança, relembra as experiências pessoais e profissionais - a externalização da interiorização -, bem como, a vivência de fé na Igreja, na elaboração do projeto inicial da Pastoral, lembrando da própria mãe, que na zona rural onde morava ajudava as mães da comunidade e sempre buscava mais conhecimento para ensiná-las.

---

<sup>51</sup> Araujo, Eli. Pastoral da Criança: a força da solidariedade. Londrina, PR: Livre Iniciativa, 2001. Pág. 18.

<sup>52</sup> Batalha, Martha Mamede. Pastoral da Criança: 20 anos de vidas. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: ED. Desiderata; São Paulo: Loyola, 2003. Pág. 48.

<sup>53</sup> Landim, L. Filantropia e Cidadania. Para Além do Estado e do Mercado? Texto de Pesquisa, ISER, 1993. Citado por Regina Reyes Novaes em Ações em Sociedade: Militância, caridade, assistência etc. Organizado por Leilah Landim. Rio de Janeiro: MAU, 1998. Pág. 90.

<sup>54</sup> Batalha, Martha Mamede. Pastoral da Criança: 20 anos de vidas. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: ED. Desiderata; São Paulo: Loyola, 2003. Pág. 48/49.

<sup>55</sup> Pastoral da Criança. Guia do Líder da Pastoral da Criança. 8. ed. reimp. Curitiba, 2004. Pág. 5.

Além disso, quando via que era necessária assistência médica a mobilizava rapidamente para levar a pessoa para um hospital<sup>56</sup>. Essa socialização da Dra. Neumann, retratada durante a infância e experiência profissional marcada por uma vivência de fé profunda em sua trajetória de vida, grosso modo, é o *habitus* que está na base e que define a sua personalidade enquanto produto de sua posição e trajetória social. Como nos relata:

Senti, por toda essa experiência profissional e de vida, que este trabalho para a redução da Mortalidade Infantil seria bem sucedido. Sendo um trabalho de Igreja, deveria ter um verdadeiro espírito missionário, de amor ardente que não espera, mas que vai ao encontro e dá a mão àqueles que mais precisam, como nos ensina a parábola do Bom Pastor. Seguindo o que o próprio Jesus nos ensinou, esse trabalho deveria ser ecumênico e sem preconceitos, pois a caridade é o maior mandamento.<sup>57</sup>

Através da Secretaria de Saúde do Paraná verificou-se que em Florestópolis havia uma alta taxa de mortalidade infantil: para cada mil nascidos vivos, 127 óbitos. Nesta cidade, a maioria das famílias era de bóias-frias (73%) que trabalhavam nos canaviais, nas colheitas de café ou de algodão na época de safra. No período de entressafra, a desocupação atingia mais de 50% das famílias que não tinham serviço e nem direitos assegurados. Segundo Batalha:

No início dos anos 80, cada família humilde desta cidade ia a uma média de dois enterros de crianças por mês. A lembrança é de Maria Zélia de Oliveira, uma das primeiras voluntárias da Pastoral da Criança no local. Florestópolis é uma cidade de bóias-frias. A população vive em função do corte da cana para a Usina de Álcool e Açúcar Cofercatu, criada na região com recursos do programa Pro álcool. Também trabalham no plantio e colheita de algodão e café. (...) É este o retrato de 73% da população de Florestópolis. Há vinte anos, as condições sociais, associadas à falta de informação, faziam a taxa de mortalidade infantil chegar a 127 óbitos para cada mil nascidos. Esta era a razão da ida a tantos enterros, que se tornaram parte dos compromissos sociais da comunidade.<sup>58</sup>

A Paróquia de São João Batista de Florestópolis tinha como responsável (administrador paroquial) a Irmã Eugênia Pietta que achou a proposta interessante. A Dra. Neumann, relata o início da experiência:

---

<sup>56</sup> Ibid.

<sup>57</sup> Ibid.

<sup>58</sup> Batalha, Martha Mamede. Pastoral da Criança: 20 anos de vidas. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; ED. Disiderata; São Paulo: Loyola, 2003. Pág. 37/38.

Tinha certeza, por minha experiência anterior, de que quanto mais participação, mais haveria a promoção humana e a educação. Com pessoas da comunidade fazendo acontecer o trabalho, naturalmente elas iriam se envolver para proteger e recuperar as crianças. Naquela tarde, com todo o plano na cabeça e, principalmente, no coração, pedi à irmã Eugênia que reunisse 20 líderes de Florestópolis, que não fossem da área política, mas que ajudavam a formar opinião, como professores e outros. No sábado á tarde, fiz a primeira reunião. Era setembro de 1983.<sup>59</sup>

Escolheram vinte pessoas de confiança e moradoras da comunidade, desvinculadas das políticas partidárias e comprometidas a ajudar as famílias. Em uma reunião com estas lideranças Dra. Neumann apresentou o plano de redução de mortalidade infantil o que gerou entusiasmo. Decidiram que a proposta deveria ser exposta para toda a comunidade após a missa dominical, que foi presidida por Dom Geraldo. Naquela ocasião Neumann fez uma pequena análise das causas que levavam à morte as crianças da comunidade e em seguida expôs a tarefa dos líderes comunitários. Feita a explanação de como combater a mortalidade infantil, pediu que levantassem a mão os que acharam adequado o projeto para Florestópolis, o qual foi aprovado por toda a assembléia. Logo após a missa Neumann se reuniu com as vinte pessoas as quais ficaram encarregadas de mapear as famílias com gestantes e crianças menores de seis anos de idade do município e ainda identificarem outras lideranças da comunidade que se comprometessem em trabalhar como voluntários.

A Dra. Neumann relata que foram identificadas 76 líderes comunitários, sendo que 100 apareceram para o curso de capacitação. Por fim eles escolheram os coordenadores de cada comunidade do município. Para a primeira capacitação a doutora já havia preparado uma apostila com materiais educativos da Secretaria de Saúde do Estado e do Ministério da Saúde tratando de cinco temas centrais: saúde da gestante, aleitamento materno, vigilância nutricional, hidratação oral e vacinação. Acompanhava a apostila um pequeno questionário para cada tema, “que todos deveriam saber para exercer bem a sua missão de reduzir a mortalidade infantil e exercer na prática à mística da fraternidade cristã”<sup>60</sup>. Tendo em vista o número de líderes para a capacitação, a doutora buscou ajuda para o treinamento junto ao chefe do distrito sanitário, que enviou quatro técnicos que foram capacitados para o trabalho.

---

<sup>59</sup> Neumann, Zilda Arns. Depoimento: Zilda Arns Neumann: ela criou uma rede de solidariedade que salva centenas de milhares de crianças brasileiras. Belo Horizonte: Ed. Leitura. 2003. Pág. 69/70.

<sup>60</sup> Pastoral da Criança. Guia do Líder da Pastoral da Criança. 8. ed. reimp. Curitiba, 2004. Pág. 07.

Tendo feito a primeira capacitação e implementando o projeto no município de Florestópolis, Neumann com a equipe de capacitação retornava cada mês para saber das líderes:

quantas crianças nasceram? E das que nasceram este mês, quantas nasceram com menos de 2.500 gramas? Quantas mamam só no peito? Quantas crianças menores de 6 anos foram pesadas e dessas, quantas estavam desnutridas? Quantas tiveram diarreia neste mês? E destas que tiveram diarreia, quantas tomaram o soro? Quantas estão com as vacinas em dia? Morreu alguma criança? Com que idade? Das gestantes, quantas estão desnutridas? E quem acompanhou uma gestante no pré-natal ou no parto?

Com tantas perguntas, no terceiro mês passaram a anotar em um caderno o questionário, tendo assim as respostas prontas antes das reuniões. No quarto mês os cadernos foram apresentados e depois aperfeiçoados por Neumann. Com os indicadores dos resultados a doutora pediu apoio técnico ao UNICEF que enviou o Dr. Aron Lechtz para analisarem juntos os resultados.

Passando os quatro primeiros meses a doutora perguntou:

No quinto mês, perguntei aos Líderes se eles achavam que Florestópolis havia mudado. Todos disseram: 'o que mais mudou fomos nós mesmos; a gente via uma criança ficar doente ou morrer e dizia que a mãe era relaxada ou que a situação não poderia dar em outra coisa. Hoje a gente ajuda a mãe, encaminha e faz tudo como se fosse nosso próprio filho.'<sup>61</sup>

Segundo Neumann, em Florestópolis começaram outros trabalhos paralelamente as atividades da Pastoral da Criança como hortas comunitárias tendo o apoio da comunidade e da prefeitura municipal o que denota, já inicialmente, o crescimento de uma rede de solidariedade e comprometimento das pessoas transcendendo os cinco pontos centrais já citados (saúde da gestante, aleitamento materno, vigilância nutricional, reidratação oral e vacinação) que são fundamentais ao combate da desnutrição e mortalidade infantil.

A cooperação e a confiança passam a fazer parte do novo processo de interação comunitária, em que se devem compartilhar democraticamente os interesses. De acordo com essa concepção de solidariedade, considera-se que a participação ativa dos agentes sociais é capaz de potencializar as relações de cooperação entre

---

<sup>61</sup> Ibid. Pág. 8.

os membros da sociedade, contribuindo para o seu desenvolvimento e compondo o chamado 'capital social'.<sup>62</sup>

Apesar de progredir, o trabalho da Pastoral passava por críticas não só da área médica como da própria Igreja. Segundo Batalha, houve resistência dos profissionais locais que só aplicavam hidratação endovenosa. Chegaram a mandar um bebê do hospital de aproximadamente oito meses que apresentava desidratação de terceiro grau para testar a metodologia e medicamento da Pastoral. O bebê foi examinado pela Dra. Neumann que aceitou o desafio e uma equipe passou a noite dando o soro oral com um conta-gotas alternando com leite materno doado. No dia seguinte o bebê foi levado pelos voluntários para os médicos, já nitidamente melhor. O que não foi o único caso, ocorrendo também em outros estados<sup>63</sup>.

A expansão do projeto para todo o Brasil enfrentou muitos obstáculos e críticas. “Algumas pessoas achavam que pesar as crianças e ensinar às mães como fazer o soro caseiro era papel do governo”. Com o bom desenvolvimento dos trabalhos da Pastoral em Florestópolis, Dom Luciano Mendes de Almeida pediu que ele fosse apresentado na Assembléia Nacional dos Bispos em Itaiçi, SP, para a CNBB em 1984, o que agradou principalmente os Bispos do Nordeste. Segundo Araujo:

Na assembléia anual da CNBB em Itaiçi-SP, no ano de 84, um dos assuntos em pauta foi a de expandir a experiência piloto da Pastoral da Criança. A proposta era levar o projeto também ao Norte e Nordeste do Brasil. Inicialmente foram escolhidas seis Dioceses: Maceó-AL e Bacabal-MA, no Nordeste; São Paulo-SP, no Sudeste; Porto Alegre-RS e Novo Hamburgo-RS e Tubarão-SC, no Sul do país. Os primeiros treinamentos de coordenadoras diocesanas aconteceram em Londrina. Também houve estágio em Florestópolis.<sup>64</sup>

Para desenvolver suas ações, nos seus três primeiros anos a Pastoral contou basicamente com o apoio financeiro do UNICEF e com o apoio logístico da Igreja Católica. Em 1986 ficou mais forte a necessidade de sua expansão: treinamento de novas lideranças e uma maior disponibilidade de tempo dos coordenadores, bem com material

---

<sup>62</sup> Costa, M. A. N. “Sinergia e capital social na construção de políticas sociais: a favela da Mangueira no Rio de Janeiro”. Revista de Sociologia Política, nº 21, 2003. Pág. 148.

<sup>63</sup> Cf. Batalha, Martha Mamede. Pastoral da Criança: 20 anos de vidas. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: ED. Disiderata; São Paulo: Loyola, 2003. Pág. 41.

<sup>64</sup> Araujo, Eli. Pastoral da Criança: a força da solidariedade. Londrina, PR: Livre Iniciativa, 2001. Pág. 24.



didático, etc. Para isso, contudo, faltava recurso financeiro. Segundo Batalha, diante desta dificuldade a Dra. Neumann recorreu ao Governo Federal. Juntamente com Dom Geraldo Majella Agnelo e a Dra. Sofia Sarmiento, do Ministério da Saúde, foram conversar com o presidente do hoje extinto Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS), Dr. Ézio Cordeiro. Em 1987 foi assinado o convênio com o INAMPS, o que gerou internamente na Igreja mais uma dificuldade.

Algumas pessoas da extrema-esquerda não aceitavam que fizéssemos convênio com o governo. Diziam que o governo era corrupto. Eu repetia sempre que era melhor o governo gastar com a Pastoral da Criança do que os recursos acabarem nas mãos de pessoas corruptas. O avanço da Pastoral não era bem-visto por algumas lideranças de outras pastorais.

Após submetê-lo a uma comprovação técnica, pois era a primeira vez que o Ministério da Previdência - onde estava inserido o Inamps - faria um convênio com uma entidade religiosa, duas médicas foram enviadas a São Paulo para a avaliação e, durante uma semana, elas assistiram o dia do peso, as visitas domiciliares e a capacitação de líderes. Conversaram com as mães e com os voluntários das comunidades visitadas e viram e ouviram de perto os resultados para o relatório. Deram parecer favorável, possibilitando o convênio com o Instituto. Com sua extinção, continuou com o Ministério da Saúde - sendo o seu principal financiador até hoje - somando-se ao apoio financeiro do UNICEF o que proporcionou sua expansão pelo Brasil.<sup>65</sup>

### **A Pastoral da Criança: Redução da Mortalidade Infantil no Brasil e Relação com o Setor Governamental**

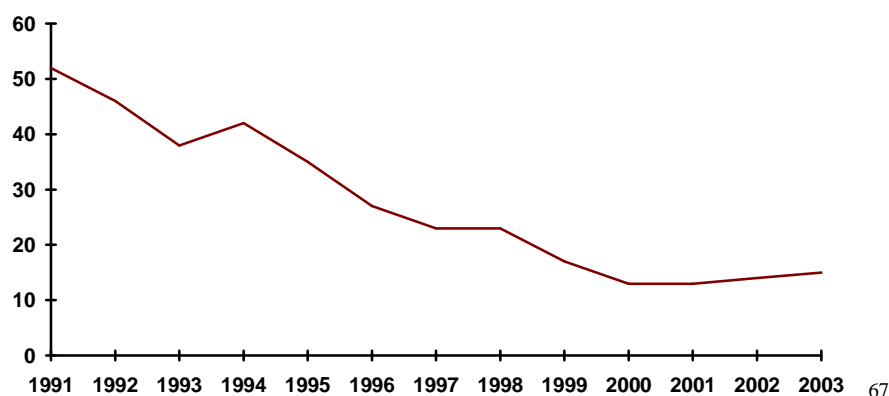
Adas (1988), ressalta que no Brasil a taxa de mortalidade infantil era consideravelmente alta no período de 1940 até 1983, diminuindo de 163,4% para 68,1%. Porém, este índice voltou a aumentar a partir de 1983 em função da diminuição do poder aquisitivo do salário mínimo e da política econômica recessiva que fora adotada pelos governos nos “ajustes” determinados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI)<sup>66</sup>.

---

<sup>65</sup> Neumann, Z. A. Depoimento: Zilda Arns Neumann: ela criou uma rede de solidariedade que salva centenas de milhares de crianças brasileiras. Ed. Leitura. Belo Horizonte, 2003. Pág. 113.

<sup>66</sup> Adas, Melhem. A Fome: Crise ou Escândalo? Ed. Moderna, 20ª Edição, São Paulo, 1988.

A média nacional atual é de 30 óbitos de crianças menores de um ano de idade por mil nascidas vivas, segundo dados do IBGE e do Ministério da Saúde. Nas comunidades atendidas pela Pastoral da Criança essa taxa cai para 15 mortes por mil crianças nascidas vivas. O que de mostra a eficiência do trabalho com as ações básicas, elementares, realizadas pela instituição. Segundo dados da Pastoral, a razão de mortes de crianças menores de um ano por mil nascidos vivos no período de 1991 até 2003, no Brasil, mostra uma queda na taxa de mortalidade de 52 para 15 por mil, nas comunidades atendidas pela Pastoral, como pode ser visto no gráfico abaixo:



Historicamente, este quadro se estabeleceu diante de vários governos, que remonta, grosso modo, o período republicano. Sendo o Brasil um país de industrialização tardia com uma agroindústria voltada para o mercado externo, integrar sua imensa população ao grande mercado torna-se tarefa maior ainda. Sobretudo ao pensarmos que 30% da população, ou aproximadamente 53 milhões de brasileiros vivem em situação de pobreza, o que significa menos de 1 (um) dólar por dia. Destes, 14,5% encontram-se em situação de miséria. Isto representa cerca de 21 milhões de pessoas sem acesso ao consumo de calorias necessárias ao seu sustento vital<sup>68</sup> Estes elevados níveis de desigualdade e pobreza constituem um solo fértil para o desenvolvimento do terceiro setor, o que se constata, por

<sup>67</sup> O gráfico foi por mim elaborado a partir dos dados referentes a mortalidade infantil no período citado.

<sup>68</sup> Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea, publicado pela revista Veja em sua edição de número 1735, de 23 de janeiro de 2002.

exemplo, com o grande número de ONGs que atuam ao combate da fome, das quais podemos destacar o trabalho da Pastoral da Criança na área de saúde.

Com os temas da mortalidade infantil e da desnutrição que são reconhecidos nacionalmente e internacionalmente a Pastoral articula com os seus principais atores sociais: bispos (representantes da CNBB), coordenação nacional da Pastoral e seus milhares de voluntários a expansão pelo Brasil. Facilitado com o financiamento do Ministério da Saúde e seu reconhecimento, que veremos adiante, tendo em pauta a força do tema da mortalidade infantil na agenda governamental.

As organizações que prestavam algum tipo de serviço aos mais necessitados, como as fundações, instituições beneficentes, ONGs, Igrejas das mais diversas denominações, entidades sem fins lucrativos, etc. - o que se conveniu chamar de terceiro setor - buscam uma inserção na esfera governamental para melhor prestarem os seus serviços e para receberem recursos públicos, ou seja, subvenções, convênios, entre outras parcerias com os governos.

A Pastoral da Criança entrou em cena política sendo parte integrante<sup>69</sup> da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o que garantiu uma melhor visibilidade, como ator não-governamental, facilitando a sua inserção na agenda política do governo, a partir da problemática do alto índice mortalidade infantil no país. Essa problemática demanda políticas públicas voltadas para a área de saúde preventiva e conseqüentemente ao combate as mais diversas doenças relacionadas com a desnutrição de crianças e gestantes, sendo problemas sociais reconhecidos pela sociedade civil e pelo governo.

Apontada pela ONU como a maior instituição do mundo a trabalhar na área de saúde preventiva, tendo credibilidade na estrutura social, visibilidade na mídia e contando com a tradição da Igreja Católica nas mais diversas ações voltadas para a assistência, a Pastoral busca se encaixar na agenda política por articulação dos seus atores visíveis (mídia, Igreja - CNBB, etc.) e por influenciar na construção da agenda<sup>70</sup> governamental através da força da Igreja Católica em torno da CNBB que promove uma grande

---

<sup>69</sup> Segundo Horochovski, até 1995 a instituição era parte integrante da CNBB e em 22 de novembro deste ano a Pastoral da Criança foi transformada em entidade autônoma, com CGC (hoje CNPJ), sendo vinculada como organismo social da CNBB.

<sup>70</sup> De acordo com Ana Luiza Viana, os atores visíveis influenciam a formação da agenda. São atores visíveis o presidente, os parlamentares, a mídia, os partidos e os integrantes das campanhas eleitorais.

mobilização todos os anos, desde 1964, com temas variados na Campanha da Fraternidade entre outros documentos destinados aos cleros e aos fieis.

Segundo Fleury, seriam estas as “forças sociais que se aglutinam em uma coalizão capaz de sustentar o posicionamento de uma certa demanda e requerer a sua inserção na agenda governamental.”<sup>71</sup>

De acordo com Raichelis<sup>72</sup>, o governo Fernando Henrique promoveu o reordenamento institucional, desarticulando a antiga estrutura assistencial num difuso remanejamento interministerial, que desconheceu a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), pulverizou e fragmentou as articulações previstas para a Assistência Social na Constituição Federal de 1988 e criou o Programa Comunidade Solidária, estrutura paralela diretamente vinculada à Presidência da República, contribuindo para diluir ainda mais a competência e a necessária organicidade das ações de Assistência Social. Para a autora, a partir de um novo marco legal, definido pela Constituição Federal, a LOAS diferenciou-se das iniciativas assistencialistas que não produzem direitos e não eliminou as antigas instituições assistências e filantrópicas, mas forçou uma transformação em suas estruturas, desta forma a Lei propiciou a incorporação no campo da Assistência Social, de novas organizações tais como as ONGs<sup>73</sup>. Ainda segundo a autora, a participação das ONGs no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) como novos atores sociais e por um universo de diversidade política demandada por estas instituições.

A participação das ONGs no CNAS vem representado a extensão do universo da Assistência Social os novos atores sociais, apesar do pouco acúmulo na temática, tendo em vista a tradicional polarização entre organizações de defesa de direitos e assistências. As ONGs também compõem um universo heterogêneo, marcado pela diversidade de visões políticas, capacidade técnica e organizacional e especializações. Ademais, o mundo dessas organizações encontra-se em intensa mutação, a partir do recuo do financiamento e da cooperação internacionais desde os anos 80-90, obrigando-as a redefinições profundas. Neste cenário, as relações entre ONGs e governos nacionais tende a sofrer uma inflexão, e a parceria com governo notadamente os municipais, vem se intensificando, polarizando as posições a respeito do acesso a fundos públicos nacionais. No entanto, a incorporação das ONGs no CNAS traz a presença de um leque diversificado de experiências com segmentos populares e vem contribuindo para a ampliação do arco de alianças plurais dentro do chamado campo progressista.<sup>74</sup>

---

<sup>71</sup> Fleury, Sônia. Estado sem Cidadão. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 1994.

<sup>72</sup> Raichelis, Raquel. A Assistência Social e Esfera Pública. Social & Sociedade 56, São Paulo, Cortez, 1998, pág. 85.

<sup>73</sup> Ibid., pág. 80.

<sup>74</sup> Ibid., pág. 97.

No que diz respeito à apresentação das entidades assistências no CNAS, as organizações não-governamentais que trabalham com diferentes ações nas camadas populares, estas em sua grande maioria são assistências tanto confessionais - ligadas a uma instituição religiosa - quanto laicas, que notadamente possuem uma tradição de atuação com as camadas mais pobres e discriminadas de nossa sociedade. Estas instituições mantêm parcerias ou convênios com o Estado possibilitando o financiamento de suas ações assistências.

Entre estas entidades, segundo a autora, podemos destacar a Igreja Católica que detém no CNAS o monopólio da representação das entidades assistências confessionais, o que já é uma tradição da Igreja no campo de assistência, em ações filantrópicas. O que é mais importante neste caso, é que estas instituições vêm passando por uma transição nas relações com o Estado que se caracteriza por reorganização interna de suas atividades, bem como avaliação, prestação de contas etc., e com os demais segmentos da Sociedade Civil, de acordo com a própria LOAS, buscando uma maior inserção na esfera pública.

A Igreja Católica, por sua vez, goza de credibilidade e é reconhecida socialmente e politicamente por sua liderança no CNAS, possibilitando assim projetar as demandas e estabelecer alianças, o que facilitou a promoção da Pastoral da Criança na arena política pública nacional.

Lobato aponta que com a derrocada do socialismo e com o avanço das políticas neoliberais um novo dilema histórico se estabeleceu, em função das idéias liberais e sua contradição na proteção social. Não tendo mais um contraponto para o mundo capitalista, não necessitando mais de frear os movimentos de esquerda, busca-se, hoje, as mesmas justificativas da racionalidade econômica, o individualismo, fortalecendo a doutrina liberal de outrora, o Estado fornecendo o mínimo e o restante ficando por conta do mercado<sup>75</sup>. Neste sentido entendemos que o estudo das ações sociais das instituições do terceiro setor, implica também a compreensão do contexto em que elas se desenvolvem, ou seja, para além da análise empírica deve-se envolver uma avaliação política dos princípios que orientam essas ações.<sup>76</sup>

---

<sup>75</sup> Lobato, L. Algumas considerações sobre a representação de interesses no processo de formulação de políticas públicas. Artigo publicado, Rio de Janeiro 1997. P. 44.

<sup>76</sup> Figueiredo, M. F. Figueiredo A. M. C. Avaliação política e avaliação de políticas: um quadro de referência teórica. Belo Horizonte: 1986.

Bem como:

Contando com uma rede de 242 mil voluntários onde 10% não são católicos, atualmente a Pastoral atende 1,3 milhão de famílias, o que corresponde a 1,5 milhões de crianças atendidas todo o mês. Isto em 36.422 comunidades pobres e bolsões de miséria do Norte ao Sul do Brasil, em um total de 5.991 paróquias. Com uma estimativa de 5 mil crianças salvas por ano graças ao seu trabalho, a Pastoral consegue reduzir de 16% para 7% os casos de desnutrição no País<sup>77</sup>. A Pastoral busca desenvolver o seu trabalho sob a forma de redes, articulando assim diferentes atores em torno de objetivos comuns. Na próxima sessão discutiremos essa questão.

### **Pastoral da Criança: uma rede de solidariedade e voluntariado**

A rede (rete, em latim) é apresentada muitas vezes relacionada ao processo social de interação e conexão com pessoas, grupos, entidades, governos, economia global, voluntariado, solidariedade, etc. Quando se fala de rede: de clientes, parentescos, produção, empresariais, neurais, lojas, saúde, social, etc. se pretende dizer das relações interligadas entre elementos da mesma natureza com os mesmos objetivos.

Segundo Castells “Rede é um conjunto de nós interconectados. Nós é o ponto no qual uma curva se entrecorta. Concretamente, o que um nó é depende do tipo de redes concretas de que falamos.”<sup>78</sup> Segundo Castells, as redes devem compartilhar os mesmos códigos de comunicação, valores e objetivos de desempenho enquanto estruturas abertas de expansão ilimitada.

Os tipos de redes são variados e cada qual apresentam suas malhas mais ou menos abertas em relação aos objetivos que se pretende alcance e das relações estabelecidas como o mundo concreto. A rede de solidariedade, especificamente, passa pelo sentimento de pertencimento, se constitui diante das necessidades de indivíduos e grupos em todo o mundo, desafia a lógica capitalista de lucro em um confronto claro da sociedade civil organizada em prol da dignidade e dos direitos humanos em defesa da cidadania.

O estudo de Barros - “Redes sociais e cotidiano de velhos num subúrbio carioca” – mostra a estrutura e dinâmica de funcionamento de uma rede estabelecida entre membros das famílias de idosos (filhos, netos, bisnetos etc.) e vizinhos fundamentada na proteção

---

Lobato, L. Avaliação de Políticas Sociais: Notas Sobre Alguns Limites e Possíveis Desafios. Trabalho, Educação e Saúde, 2(1): 95-106, 2004.

<sup>77</sup> CNBB. Confederação Nacional dos Bispos do Brasil e Pastoral da Criança.

<sup>78</sup> Castells, Manuel. A Sociedade em Rede. São Paulo. Paz e Terra. 2006. Pág. 556.

social primária. Se em muitos casos os parentes ajudam os idosos, em outros, são os idosos que constituem a única renda financeira fixa através da aposentadoria ou pensão que possibilita ajudar os familiares. Como ressalta a autora. “Em situação de pobreza, encontramos mulheres idosas que são o único membro da família com uma renda regular e constante através da aposentadoria ou pensão, configurando-se relações familiares e grupos domésticos específicos.”<sup>79</sup> Conforme a autora, morar perto da família demonstra a importância de relações de trocas e ajuda mútua, quando não ocorre membros da família morando com as pessoas idosas e cuidando dos netos ou outras crianças no seu dia-a-dia. Um outro fator muito importante nessa rede é a vizinhança, sobretudo quando as pessoas vivem no mesmo lugar por vários anos seguidos, estabelecendo relações de confiança e amizade com seus vizinhos. A autora destaca que a família, os grupos de terceira idade e a vizinhança são elementos de suma importância para a constituição das redes sociais que envolvem os idosos.<sup>80</sup>

Já o estudo de Dessen e Braz, que se ocupa do estudo de rede de apoio a mulheres grávidas, define a rede social como “um sistema composto por ‘...vários objetos sociais (pessoas), funções (atividades dessas pessoas) e situações (contexto)’ (Leewis, 1987, p. 443-444), que oferece apoio institucional e emocional à pessoas, em suas diferentes necessidades.”<sup>81</sup> As autoras apontam que a família é fundamental durante a transição decorrente do nascimento de filhos. Nesse momento, aumenta o apoio psicológico e ajuda financeira e material recebido pelas mães.<sup>82</sup> As pesquisadoras ressaltam que o pai é “um dos membros mais importantes da rede social no que tange ao apoio oferecido à mãe e a família.”<sup>83</sup> E chamam atenção para a formação de uma rede pessoal que são pessoas importantes na vida da mãe - esposo, membros da família nuclear, parentes, amigos, vizinhos e outros - e para a formação da rede maternal, que é composta por pessoas que a “mãe considera importante para o desempenho de seu papel de mãe como aqueles com as quais ela conversa sobre a criança, que cuidam da mesma ou prestam outro tipo de

---

<sup>79</sup> Ibid. Pág. 236.

<sup>80</sup> Ibid. Pág. 233.

<sup>81</sup> Dessen, M. A. “redes social de apoio durante transições familiares decorrentes do nascimento de filhos”. *Psicologia: teoria e pesquisa* vol. 16, n.3, 2000. Pág. 221.

<sup>82</sup> Ibid. Pág. 221.

<sup>83</sup> Ibid. Pág. 222.

assistência.”<sup>84</sup> A dinâmica desse tipo de rede é verificada facilmente na atuação das líderes da Pastoral da Criança.

A rede de solidariedade avança na construção de uma nova sociedade. As relações estabelecidas pelas pessoas nesse processo favorece o estoque de conhecimento e de capital social, possibilitando o surgimento de iniciativas descentralizadas através da comunicação e trocas entre os indivíduos. Possui maior flexibilidade diante das mudanças no meio ambiente propiciando situações de troca de conhecimento e construção coletiva, acomodando diversidade e diferenças, favorecendo a inovação, facilitando a entrada e saída de novos membros e a adaptação a novos contexto.

As redes de solidariedade são constituídas entre as pessoas tendo-se objetivos e valores em comum que possam levar a determinado padrão de sociabilidade possibilitando a articulação dos indivíduos em relação as idéias de solidariedade, direitos humanos e etc., constituindo uma proteção social primária. O impacto social da rede se sente na mudança de comportamento do “cidadão-beneficiário”<sup>85</sup> e dos demais membros envolvidos na prática da solidariedade. Ele leva ao acúmulo de capital social e a uma transformação direta nas vidas das pessoas

A Pastoral da Criança constrói uma rede de ajuda mútua em todas as comunidades em que atua envolvendo diversos atores: as famílias, as lideranças comunitárias da Pastoral, igrejas, associação de moradores, entre outros elementos.

O desenvolvimento desta rede se dá pela articulação e capacitação das líderes comunitárias que atuam diretamente com as gestantes e crianças atendidas. Nesta rede social a família ocupa um lugar central, o que é compatível com os modos históricos de produção comunitária da proteção social<sup>86</sup> e também com a crescente inserção da família no cenário das políticas públicas de saúde no Brasil estimuladas pelo próprio Estado, pela sociedade civil e por organismos internacionais a partir dos anos de 1990.<sup>87</sup>

---

<sup>84</sup> Ibid. Pág. 222.

<sup>85</sup> “O termo cidadão-beneficiário foi proposto pelo professor Fernando Tenório, da EBAP/FGV, em substituição a população-alvo, grupo-alvo, beneficiário, usuário ou cliente, a fim de incorporar o conceito de ‘cidadania’ à formulação, à implementação e à avaliação das políticas sociais.” Tenório, Fernando G. *Gestão de ONGs: principais funções gerências*. Rio de Janeiro. FGV. 2003. Pág. 15.

<sup>86</sup> Góis define a idéia de proteção social como “prática social engendrada sob modos organizacionais-públicos ou privado-lucrativos de atenção à pobreza, hoje materializados nas diversas práticas sociais nos marcos dos processos de reprodução humana, sempre compatíveis com o estágio de compromissos entre os grupos sociais no interior de uma sociedade visando a sua manutenção.”

<sup>87</sup> Ribeiro, E. M. “As várias abordagens da família no cenário do programa/estratégia de saúde da família (PSF)”. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, vol. 12, nº 4, 2004.



No Brasil, a sociedade civil brasileira, mais especificamente as igrejas, se antecipou em relação ao Estado, estruturando e consolidando as primeiras intervenções junto à família. São exemplos disso a Sociedade São Vicente de Paula, os cursos de noivo, o Movimento Familiar Cristão, Encontro de Casais com Cristo e Pastoral da Criança.<sup>88</sup>

Todo o trabalho é desenvolvido dentro de uma forte mística de fé, o que a Pastoral chama do Dia da Celebração da Vida: “Neste dia, que acontece uma vez por mês, as crianças são pesadas, as famílias se reúnem para celebrar juntas as crianças que estão se desenvolvendo e se ajudar quando estão em dificuldades.”<sup>89</sup> Conforme o Guia do Líder da Pastoral da Criança, este dia é um testemunho de fé cristã que “mostra a solidariedade e a participação de uma comunidade na busca dos seus direitos e cidadania. Por isso, é um dia abençoado por Deus.”<sup>90</sup> É dentro desta perspectiva teológica que se desenvolve o trabalho da Pastoral, ou seja, o encontro com o outro, a solidariedade e mobilização de pessoas (famílias atendidas pela Pastoral, lideranças das comunidades pessoas de outras religiões, etc.) mostrando a força da comunidade reunida tendo a possibilidade de lutar por seus direitos, constituindo um capital social<sup>91</sup> em uma relação de confiança o que possibilita uma “indução de mudanças sociais”<sup>92</sup>.

A rede de solidariedade que a Pastoral cria se fundamenta na ajuda mútua. Referindo-se a ela, a sua criadora diz:

Adaptei essa metodologia do milagre ao projeto, ao organizar as comunidades e identificar líderes que, capacitados e com o espírito de fraternidade cristã, multiplicavam o saber e a generosidade nas famílias vizinhas, “Dai-vos vós mesmos de comer”, não esperem sempre pelos outros, pelo governo. Muitos problemas poderiam ser resolvidos pelas próprias mães. Mas eu me questionava, ainda: “Como líderes analfabetos poderiam salvar vidas, tendo o Sistema de Saúde como referência?” Quantas doenças poderiam ser prevenidas pela informação e pelo apoio fraterno de líderes comunitários! Tinha certeza de que não existia nada que promovesse mais a inclusão social do que a democratização do saber e da solidariedade. Eu havia atendido, como pediatra, tantas mães analfabetas e elas aprendiam a cuidar de seus filhos. Perguntava-me: “Como

---

<sup>88</sup> Ibid. Pág. 661.

<sup>89</sup> Pastoral da Criança. Guia do Líder da Pastoral da Criança. 8ª ed. Curitiba 2004. Pág. 224.

<sup>90</sup> Ibid. Pág. 224.

<sup>91</sup> Segundo Costa, “O termo ‘capital social’ foi definido por Pierre Bourdieu e por James Coleman nos anos 1980, como laços sociais que possibilitam vantagens e oportunidades a indivíduos e comunidades. A análise de Bourdieu focaliza os benefícios que resultam em virtude da participação dos indivíduos em grupos e o papel que a sociabilidade pode trazer aos indivíduos. O sociólogo definiu capital social como ‘o agregado de recursos reais ou potências que são ligados ao domínio de uma rede permanente de conexões institucionais de habilidades ou reconhecimento mútuos’.” Pág. 155.

<sup>92</sup> Sobre relação de confiança e capital social ver texto “O Debate em Torno do Capital Social: Uma Revisão Crítica” de Jawdat Abu-El-Haj. Pág. 68/69.

líderes analfabetos poderiam ser estimulados a multiplicar o saber?” tinha certeza de que, com a graça de Deus, a gente se disporia a achar os caminhos. As lideranças, num processo de evangelização e de promoção continuada, seriam abençoadas e fariam o milagre da multiplicação do saber e da própria solidariedade humana. Tinha certeza de que reduziria a mortalidade infantil, a desnutrição e a violência familiar. Lembrava-me de que, quando atendia no ambulatório do Hospital César Pernetta, as mães diziam: “A senhora explica bem”. Sentia seus olhos e ouvidos atentos e emocionados, porque, quase sempre, era a primeira vez que alguém lhes ensinava a cuidar dos filhos.<sup>93</sup>

Com uma metodologia fundamentada em uma exegese do texto do Evangelho São João (Jo 6, 1-15) e com linguagem simples a Pastoral das Crianças foi reavivando valores de solidariedade e ajuda mútua entre pessoas simples das comunidades gerando uma rede de voluntariado. Seus agentes prestam um serviço voluntário ligado diretamente à comunidade e a família, não dependendo de estrutura governamental local. Cada uma de suas líderes comunitárias, voluntárias, visita em média 14 crianças ou gestantes vizinhas as suas residências, dando um acompanhamento constante e realizando um trabalho de ações básicas entre outras, como já mencionado.

### **A pastoral da Criança na Arquidiocese de Niterói**

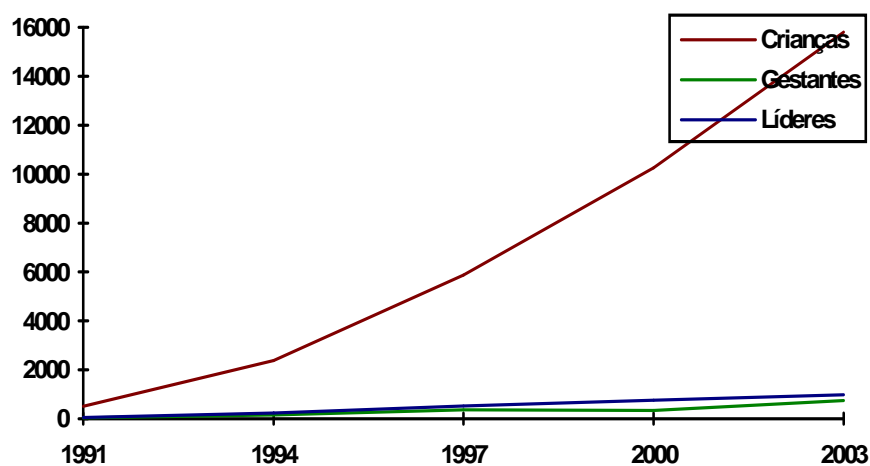
A Pastoral da Criança iniciou as suas atividades na Arquidiocese de Niterói em 1991 sob a orientação do Arcebispo Dom Carlos Etchandy Gimeno Navarro. O primeiro treinamento de líderes da Pastoral em Niterói, com carga horária de 30 horas, ocorreu em maio do mesmo ano. Para a coordenação da Comissão Arquidiocesana da Pastoral da Criança de Niterói foi nomeada a professora Zeneida Neves Muniz, a qual deu início aos trabalhos da instituição.

Ao longo daquele ano a equipe composta de 48 líderes já capacitadas começou os trabalhos atendendo 507 crianças e 36 gestantes em 425 famílias nas comunidades mais pobres das seguintes paróquias: Nossa Senhora do Sagrado Coração - Niterói, Santo Cristo dos Milagres - Fonseca, São Lourenço, Nossa Senhora Auxiliadora - Santa Rosa, São Sebastião - Itaipu, Nossa Senhora da Conceição - Itaboraí e a paróquia Nossa Senhora do Rosário e São Benedito - Cubango. Posteriormente as atividades foram se expandindo para outras paróquias e municípios da Arquidiocese com novas capacitações e coordenações paroquiais, tendo se chegado a final do terceiro trimestre de 2003 com 46 paróquias

---

<sup>93</sup> Neumann, Z. A. Depoimento: Zilda Arns Neumann: ela criou uma rede de solidariedade que salva centenas de milhares de crianças brasileiras. Ed. Leitura. Belo Horizonte, 2003. Pág. 66.

atendidas em 14 municípios somando um total de 260 comunidades contando com uma rede de solidariedade de 985 líderes comunitárias que atende um total de 15.841 crianças menores de seis anos e 754 gestantes.<sup>94</sup> Podemos visualizar melhor o crescimento da Pastoral na Arquidiocese de Niterói no gráfico abaixo.



Em treze anos de trabalho podemos notar que houve um crescimento da instituição na Arquidiocese de Niterói, formando uma rede proteção social baseada na solidariedade e voluntariado entre pessoas ligadas a Pastoral. São essas pessoas que iremos, na seqüência desse trabalho, estudar.

<sup>94</sup> As informações sem indicação de fonte foram retiradas de <http://www.rebidia.org.br>.

## Capítulo II

### Líderes da Pastoral da Criança: perfil, avaliação e capital social

Segundo Yazbek, o Estado assumiu um modelo que reduz as suas intervenções no campo social, apelando para a sociedade civil e, ao mesmo tempo, apresentando-se como parceiro da sociedade no que tange às responsabilidades sociais. A sociedade civil fica cada vez mais responsável pela proteção social, contribuindo assim para reduzir a intervenção estatal. Segundo a autora, em uma pesquisa do Instituto de Estudos Religiosos, o terceiro setor está crescendo no Brasil, e já reúne 220 mil entidades filantrópicas, ONGs e fundações empresariais que investem milhões de dólares em uma Seguridade Social privada. A autora destaca que, “No ano de 2000 foram gastos em filantropia privada 9 bilhões de dólares, que alcançaram 9 milhões de pessoas e mobilizaram 12 milhões de voluntários. Hoje, no país, temos 19,7 milhões de voluntários.”<sup>95</sup> A autora acrescenta que o problema não está neste crescimento da rede de solidariedade, mas na redução da responsabilidade do Estado no que diz respeito aos problemas sociais do Brasil.

Apesar dessas críticas, é graças ao trabalho de voluntários que têm sido reduzidas as taxas de desnutrição no país. Na região do semi-árido, por exemplo, a taxa de desnutrição é de 6,6%, o que é quase três vezes o aceitável internacionalmente. Segundo reportagem da Folha de S. Paulo de abril de 2006, o trabalho voluntário da Pastoral da Criança tem sido capaz de reduzir para 4,2% essa taxa.

Contando com o trabalho voluntário inclusive mães de comunidades do semi-árido, a Pastoral da Criança registrou no ano passado 4,2% de desnutrição entre as crianças acompanhadas pela entidade. A taxa já vinha caindo gradualmente e foi a menor desde 1995, quando chegou a 9,8%. Entre os Estados do semi-árido, Alagoas registrou o maior índice de desnutrição em 2005, com 6,5%, ficando próximo à média nacional. Em seguida ficaram Maranhão e Sergipe, com 6,2% cada. Já a menor taxa estava em Minas Gerais, com 4,6%. No total, a pastoral acompanha, 1,9 milhões de crianças em todo o país. O gestor de relações institucionais da pastoral, Clóvis Bouffleur, diz que, além de acompanhar a evolução das crianças, os voluntários incentivam as gestantes a fazerem um pré-natal adequado. Também são desenvolvidas ações de acesso a alimentos que garantam a qualidade nutricional. Segundo o gestor, um dos fatores que têm

---

<sup>95</sup> Caderno ABONG. Políticas de Assistência Social: Uma Trajetória de Avanços e Desafios. Nº 30 - Novembro de 2001. P. 42.

contribuído na redução da desnutrição infantil no semi-árido é o projeto de construção de cisternas, que são reservatórios de água da chuva. Essas ações são acompanhadas de mobilização da sociedade e orientação sobre nutrição.<sup>96</sup>

A Pastoral conta atualmente com uma rede de mais de 260 mil voluntários<sup>97</sup>. Examinando a composição do voluntariado da pastoral na sede da entidade em Curitiba, Horochovki traz mais dados sobre essa questão. Diz ele que

o voluntário é mulher, de meia-idade, católica, casada, de baixa renda, dona de casa e possui baixa ou média escolaridade. Nas observações realizadas no cotidiano da organização, verifica-se que o discurso da liderança principal da organização retrata uma realidade. O voluntário da pastoral é um indivíduo ativo, falante e, em sua comunidade, ocupa posição destacada de liderança.<sup>98</sup>

Embora com uma amostra pequena e de uma região em que se localiza a sede da Pastoral, o resultado da pesquisa não deve ser desconsiderado. Mesmo não sendo uma realidade para todo o país, podemos vislumbrar o perfil e a identidade do voluntário da Pastoral a partir da pesquisa citada. A Pastoral também comenta o perfil do seu voluntariado dizendo que a grande maioria das suas líderes são “Pobres e muitas vezes analfabetas, a líder tira de si o pouco que tem e o muito que aprendeu na vida e nos treinamentos, para ajudar uma criança; e o faz em nome de Deus, sua maior referência.”<sup>99</sup> Elas são muitas das vezes marcadas pela dor da perda de filhos, pelas mesmas causas que as levam a lutar para salvar outras crianças. Isso faz com que elas se identifiquem diretamente com outras mães que passam o que elas passaram.

A identidade dessas mulheres vai se transformando na medida em que se envolvem nas atividades da Pastoral, participam de capacitações, passam a conhecer seus direitos e lutam por transformação social nesse mundo pós-moderno.<sup>100</sup> O trabalho na Pastoral

---

<sup>96</sup> Folha de S. Paulo, terça-feira, 25 de abril de 2006.

<sup>97</sup> Segundo o Jornal da Pastoral da Criança, ano XVI, número 115. Maio 2006. Pág. 3, são mais de 260 mil mulheres voluntárias.

<sup>98</sup> Horochovski, Rodrigo Rossi. Pastoral da Criança - Estratégia de Legitimação no Terceiro Setor. Curitiba: Juruá, 2003. Pág. 78.

<sup>99</sup> Pastoral da Criança - Nós Somos a Pastoral da Criança: nossa história e organização. Pág. 21, Brasília, 1996.

<sup>100</sup> - Segundo Stuart Hall, o pós-moderno global, nos traz uma tendência na interdependência global que leva ao colapso de todas as identidades culturais, produzindo uma fragmentação de códigos culturais, multiplicidade de estilos, ênfase no efêmero, no flutuante, no impermanente e na diferença e no pluralismo cultural. Temos um mecanismo que globaliza todo o mundo, que fragmenta as culturas mais rapidamente e

parece ser capaz de empoderar essas mulheres, fazê-las sentirem-se bem como alguém reconhecida diante da comunidade e com poder organizar e transformar a realidade dela, de sua família e de sua comunidade como um todo.

O trabalho das líderes, que é voluntário, se realiza fortalecendo a relação de amizade e de confiança e tem como objetivo o acompanhamento de gestantes e de crianças de até seis anos de idade. É nesta rede social que se estabelece uma maior relação com as famílias e a comunidade propiciando a proteção social<sup>1</sup> nas relações sociais primárias - esfera comunitária e de ordem familiar. É dentro da família que se desenrola todo o trabalho da Pastoral. A família é aqui entendida no contexto atual, ou seja, se de um lado vivemos ainda uma sociedade patriarcal, do outro vivemos a “feminização da pobreza”, tendo cada vez mais mulheres chefes de família. Segundo Freitas:

Dentro da família moderna, as mães ocupam um lugar de destaque. Não se pode negar que é um espaço de poder. Nesse espaço uma rede de poder é traçada (...) e uma identidade é construída. Não que a identidade seja única, mas efetivamente não se pode desprezar o papel fundamental da maternidade na construção da identidade feminina. Nessa construção, o espaço da casa aparece como fundamental.<sup>101</sup>

A identidade das líderes da Pastoral primeiramente é a identidade da mulher pobre brasileira que luta pela sobrevivência da família. Assim como as usuárias da Pastoral, muitas estão destituídas de poder, marginalizadas, excluídas da sociedade. Sem perder o que aprendeu durante toda a vida, na capacitação ela começa a vislumbrar uma nova realidade: a possibilidade de transformação pessoal e comunitária.

A subjetividade que move milhares de voluntárias na Pastoral da Criança é a própria fé, que ora atende os interesses dominantes, ora é encarnada, comprometida com a realidade sociopolítica, desvinculada da elite dominante, tendo expressão revolucionária quando nascida das bases populares. A fé que move essa grande massa de voluntariado, mudando a perspectiva teológica dominante de caridade e liberdade a posteriori. É com este “capital humano” que a Pastoral trabalha em suas bases.

---

que reforça as diferenças no campo ideológico. No interior do discurso do consumismo global, as diferenças e as distinções culturais ficam reduzidas a uma “homogeneização cultural”.

<sup>101</sup> Freitas, Rita de Cássia Santos. Em nome dos filhos, a formação de redes de solidariedade: algumas reflexões a partir do caso de Acari. Pág. 81.

Para Weber não há um mundo objetivo, sendo a objetividade somente apreendida por meio das ações individuais. O mundo social surge de uma perspectiva fenomenológica, como uma rede de intersubjetividades, como fruto de ações dirigidas a um outro e que só adquirem sentido se este outro partilha do mesmo mundo social. Neste sentido o mundo social no qual estão inseridos as voluntárias como atores sociais implica em uma realidade empírica, historicamente situada e datada, ou seja, um contexto concreto da realidade social submergido em sua particularidade, um recorte micro de cada indivíduo. Para a nossa pesquisa, essa realidade é a experiência da Pastoral da Criança na arquidiocese de Niterói. Quem são essas líderes em Niterói é a questão da qual nos ocuparemos a seguir.

## **1 - Perfil das Líderes**

As lideranças da Pastoral da Criança que foram entrevistadas possuem um perfil bastante heterogêneo em relação à idade, raça, escolaridade e renda familiar.

### **1. 1 – Sexo e Idade do Voluntariado**

Os dados relacionados a sexo mostram que as líderes voluntárias da Pastoral são em sua maioria mulheres. Esses dados se diferenciam da média geral de sexo de pessoas envolvidas no trabalho voluntário no Brasil na qual a diferença entre homens e mulheres é muito pequena, mas é consistente com a presença feminina na Pastoral da Criança no Brasil como um todo.

No que diz respeito à faixa etária, observamos um intervalo que varia de 17 a 73 anos que inclui: duas líderes com 71 e 73 anos; quinze de 42 a 65; duas com 35 e 39 anos; e, uma com 17, uma com 18 e uma com 19 anos. Portanto, 75% das entrevistadas são maiores de 42 anos.

<b>FAIXA ETÁRIA</b>		
<b>IDADE (anos)</b>	<b>NÚMERO</b>	<b>%</b>
15 a 20	03	15
21 a 25	0	0
26 a 30	0	0
31 a 35	01	05

<b>FAIXA ETÁRIA</b>		
<b>IDADE (anos)</b>	<b>NÚMERO</b>	<b>%</b>
36 a 40	01	05
41 a 45	03	15
46 a 50	03	15
51 a 55	04	20
56 a 60	02	10
61 a 65	01	05
66 a 70	0	0
71 a 75	02	10
<b>TOTAL</b>	<b>20</b>	<b>100</b>

Fonte: Questionário

Estes dois indicadores refletem uma tradição de maior disponibilidade feminina para o trabalho voluntário. Trata-se de uma tradição cultural de exercício assistencial por parte das mulheres associada a uma cultura do cuidado, sobretudo no âmbito religioso, na qual elas são predominantes. Há que se lembrar também que a idade da maior parte das líderes deve ser entendida como um fator que favorece a sua inserção, pois elas já teriam sido liberadas de uma parte significativa das suas funções domésticas, notadamente a criação de filhos pequenos.

Pesquisa realizada pela consultoria Kanitz & Associados revela que no Brasil 54% dos jovens querem ser voluntários, mas não sabem por onde começar<sup>102</sup>. Segundo essa mesma fonte, o voluntariado brasileiro apresenta quatro perfis básicos: jovens, profissionais liberais, mulheres cujos filhos saíram de casa e aposentados. No perfil do voluntariado brasileiro, os jovens são vistos como inconstantes; que devem ser recrutados para trabalhos temporários, pois não estão habituados a horários. Já os profissionais liberais oferecem suas habilidades profissionais nem sempre presentes na própria instituição. As mulheres que os filhos saíram de casa buscam ser úteis à sociedade. Já os aposentados buscam uma atividade na qual encontrem o reconhecimento e, sobretudo, o sentimento de utilidade.<sup>103</sup>

Do perfil analisado acima, temos dois que se enquadram no voluntariado da Pastoral da Criança, no Município de Niterói, que são as mulheres cujos filhos saíram de casa ou são

<sup>102</sup> Centro de Integração Empresa-e Escola - CIEE. Profissões em alta no mercado de trabalho. São Paulo: Coleção CIEE - 44, 2001. Pág.: 74.

<sup>103</sup> Ibid. Pág. 75 e 76.



maiores de idade e os aposentados. O perfil do jovem na Pastoral, representado na pesquisa realizada em Niterói, não se enquadra no perfil apresentado pela consultoria.

### 1. 2 – Estado Civil e Maternidade

No que diz respeito ao estado civil das líderes entrevistadas, os dados mostram que oito são solteiras, uma viúva e onze casadas. No que diz respeito à maternidade, oito não possuem filhos. A maioria das líderes que são mães possui filhos crescidos permitindo, como dissemos acima, uma maior disponibilidade de tempo para a dedicação ao trabalho na Pastoral da Criança.<sup>104</sup>

<b>ESTADO CIVIL</b>			
Estado Civil	Números	Número de Filhos	%
Solteira	08	03	40
Casada/Juntada	11	22	55
Divorciada	0	0	0
Viúva	01	02	05
TOTAL	20	27	100

Fonte: Questionário

### 1. 3 – Escolaridade, Profissão e Renda Familiar

Em relação à escolaridade observamos que nove concluíram o Ensino Médio, uma tem o Ensino Médio incompleto, três estão cursando o Ensino Médio – uma de 47 anos e as outras de 17 e 18 anos –, uma concluiu o Ensino Fundamental e seis possuem Ensino Fundamental incompleto. Nenhuma das entrevistadas tem nível superior. Este dado, contudo, não deve levar à conclusão precipitada de que trata-se de um grupo com baixa

<sup>104</sup> - Entre os filhos mais novos das líderes encontramos duas crianças de 05 anos. Um destes, é adotivo, possui um irmão de 28 anos, a mãe é do lar e tem 47 anos. Já o outro, tem um irmão de 08 anos e a genitora também é do lar e tem 35 anos. Constatamos que uma das entrevistadas tem dois filhos adolescentes – de 16 e 17 anos – sendo que a de 17 anos é também uma das líderes da Pastoral, mencionadas em nossa pesquisa.

escolaridade, principalmente quando comparamos com a média geral de escolarização da população brasileira. Apesar disso, é de se destacar que pesquisa recente mostrou que média de escolarização do voluntário carioca é mais alta: 23% têm pós-graduação e 20% completaram o ensino superior.

Já no que diz respeito ao exercício de atividades remuneradas, observamos que uma é diarista, três são aposentadas, três são domésticas, cinco são do lar, uma é vendedora de perfumes e cosméticos, uma é comerciante, uma é auxiliar de cozinha, uma é doceira, uma é funcionária pública e uma não possui e nunca esteve no mercado de trabalho. Além disso, duas são estudantes.

<b>PROFISSÃO</b>		
Profissão	NÚMERO	%
Diarista	01	05
Doméstica	03	15
Do Lar	05	25
Vendedora	01	05
Comerciarista	01	05
Doceira	01	05
Auxiliar de Cozinha	01	05
Funcionária Pública	01	05
Estudante	02	10
Aposentada	03	15
Sem Atividade	01	05
<b>TOTAL</b>	<b>20</b>	<b>100</b>

Fonte: Questionário

Quanto à renda familiar, as líderes podem ser divididas em dois grupos. No primeiro estão as que recebem de um salário mínimo até R\$ 800,00. Já o segundo grupo é composto por aquelas que recebem de R\$ 1300,00 até R\$ 5000,00. Os dados sobre renda familiar mostram uma tendência de pertencimento das líderes aos diferentes extratos das classes médias, o que também pode ser um fato que favorece a inserção em trabalhos voluntários. Vale destacar, que a renda média familiar não guarda uma relação direta com o grau de escolaridade. A tabela a seguir ajuda observarmos melhor a renda familiar.

<b>RENDA FAMILIAR</b>		
<b>FAIXA DE RENDA</b>	<b>NÚMERO</b>	<b>%</b>
Até R\$ 380	05	25
De R\$ 381 a 470	03	15
De R\$ 471 a 800	02	10
De R\$ 801 a 1800	02	10
De R\$ 1801 a 3000	05	25
De R\$ 3001 a 5000	03	15
<b>TOTAL</b>	<b>20</b>	<b>100</b>

Fonte: Questionário

### **1. 4 – Identificação Religiosa**

Todas as entrevistadas afirmam ser católicas praticantes. Oito delas dizem que sempre participaram da religião, sendo que a que afirmou ter menos tempo dentro do catolicismo tem dez anos de inserção. Esse dado indica que a posição de líder da Pastoral guarda alguma relação com um tempo mais prolongado de inserção, posto que tal tempo também pode ser associado a um maior comprometimento e sensibilidade ao apelo de solidariedade contido nas chamadas de engajamento na Pastoral da Criança. A associação entre identificação religiosa e participação na Pastoral é também reforçada pela longa tradição de participação feminina nas práticas assistenciais da Igreja, inclusive naquelas que estão em alguma medida associadas à criação das primeiras Escolas de Serviço Social no Brasil.

### **1. 5 – Cor ou Raça**

Os dados disponíveis mostram que 65% das líderes entrevistadas são afro-brasileiras, pois entre treze mulheres seis se declararam pretas e seis se declararam pardas. A raça das líderes parece manter uma relação direta tanto com a escolaridade quanto com renda familiar. É entre as líderes negras que encontram-se as sete pessoas com menores rendas familiares e as três com menor escolaridade. Esse dado não é surpreendente e é compatível com o conhecimento disponível sobre as associações entre raça, baixa escolaridade e menor rendimento salarial no Brasil.

Das mulheres restantes cinco se declararam brancas, uma se declarou amarela e uma não respondeu.

Nos textos da Pastoral não são feitas referências à questão racial em geral ou das mulheres-líderes em particular. Embora elas sejam maioria nesta rede de solidariedade, pouco se diz sobre a sua trajetória, contribuição ou dificuldades de inserção. Igualmente, pouco se diz sobre a condição racial das mulheres atendidas pela Pastoral. Esse dado também é pouco surpreendente, haja vista a tradicional ausência de discussões em torno das relações e desigualdades raciais no Brasil. O espaço deixado por esse silêncio é ocupado pelo discurso de igualdade entre todas as pessoas.

A humanidade é uma só, ou seja, somos todos iguais perante Deus e perante outras pessoas. Mais a humanidade não se manifesta com uma só face”<sup>105</sup>. Essa posição é reforçada em uma outra passagem: “Somos negros, brancos, índios, orientais e mestiços, com formas diferentes de viver a vida, de construir a realidade, de celebrar o Dom da Vida. As diferenças entre cada um de nós se manifestam, principalmente, através de nossa CULTURA.”<sup>106</sup>

## **1.6 - Inserção na Pastoral da Criança**

Em geral, as líderes entrevistadas conheceram a Pastoral da Criança dentro da Igreja Católica quando foram feitos convites nas missas por pessoas externas à comunidade ou pessoas que dão apoio direto a comunidade ou ainda por grupo de cooperativa de costura. Porém, a divulgação não se esgota nos momentos do culto religioso e é feita em diversos outros espaços: círculos de amizade, conversas depois das missas, parentes que possuem uma inserção na instituição, através de convite para a mãe levar o irmão desnutrido para o acompanhamento da Pastoral, ou mesmo, através de palestra da Dra. Zilda no Conselho de Saúde de Niterói.

## **1.7 – Tempo de Participação na Pastoral**

---

<sup>105</sup> Pastoral da Criança. Auto-estima: se gosto de mim, posso ajudar mais o outro /Pastoral da Criança Curitiba, 1999. Pág.: 12.

<sup>106</sup> Ibid. Pág.: 12.

O tempo de participação na Pastoral varia bastante e em muitos casos coincide com o tempo de conhecimento da própria instituição. A líder que tem menos tempo participa há 2 anos, outras duas há 3 anos, uma há 5 anos, cinco há 6 anos, sete há 8 anos, duas há 9 anos e outras duas há 13 anos. A importância desses dados é que eles apontam para um tipo de inserção consistente ao longo do tempo, o que possivelmente favorece uma maior qualidade do trabalho. Estudos têm apontado que a rotatividade do corpo de voluntários constitui um problema relevante para a implementação de ações sociais pela sociedade civil. Esse não parece ser um problema que afeta a Pastoral da Criança.

### **1.8 - Função na Pastoral**

Todas as entrevistadas são líderes comunitárias da Pastoral da Criança e algumas ainda acumulam outras funções: monitora do EJA, líder capacitadora, coordenadoras de comunidades, coordenadora paroquial e coordenadora de área. No exercício dessas funções elas desempenham um amplo conjunto de atividades que incluem visitação, elaboração de cadastros e pesagem.

Há variações na forma como cada uma dessas mulheres se inseriu na Pastoral e no modo como cada uma se construiu como líder. Em geral, elas começam realizando atividades de apoio e logo em seguida participam de um curso de capacitação. Em alguns casos, elas não sabiam direito do que se tratava o trabalho da Pastoral até fazerem o curso de capacitação, como relata uma delas:

“Não queria começar aí assinei o caderno. Aí falou assim, ‘vocês vão cadastrar as pessoas’, aí com os meus botões de novo, o que é cadastrar? Pra vê que eu não entendia nada. Aí saímos, aí cadastrando as crianças.”

Outra líder que já participa há treze anos afirma que:

“Eu nunca tinha ouvido falar, não imaginava o que era, mais como eu gosto muito de criança e minha filha estava grávida. Falou em criança, eu já aceitei, assim, de cara, nem sabia o que era e aceitei. Fazer capacitação (né?), na época nem sabia o que era isso, nem nada. Aí eu entrei logo para a Pastoral da Criança e tô até hoje. (...) Me convidaram pra fazer a capacitação (né?), aceitei e fiquei sendo líder e até hoje (né?), e agora eu estou como líder comunitária, é..., coordenadora comunitária.”

O fato de muitas líderes ingressarem na Pastoral sem um conhecimento prévio dos seus objetivos, procedimentos, recursos e atividades indica a existência de predisposições para o engajamento no trabalho social voluntário. Predisposição essa possivelmente desenvolvida pela via da adesão religiosa e o valor que ela atribui às atividades assistenciais não-remuneradas.

Há casos de inserção que estão associados à tradição familiar de trabalho social em geral e na Pastoral em particular, como refere uma das líderes ao dizer que uma das suas motivações principais foi pelas memórias que tinha de quando acompanhava, quando criança, a mãe nas atividades da Pastoral: “Eu sempre acompanhei, assim, todas as festas da Pastoral que tinha, dia da celebração da vida, reunião de reflexão e avaliação, eu sempre ia junto de minha mãe. E desde então eu comecei a praticar. Conhecer (né?).” Em outro depoimento uma líder diz que começou ajudando quando criança enquanto acompanhava a mãe e o irmão: “Eu tinha nove anos..., aí vinha com a minha mãe e gostei do trabalho e vinha todo mês também. Comecei ajudando quando vinha com a minha mãe pra trazer o meu irmão pra pesar.”

A grande motivação é afetiva, religiosa e em alguns casos é social. Elas justificam a motivação pelo trabalho através da alegria, o prazer em ajudar ao próximo, de verem as crianças recuperadas da desnutrição de sentirem-se revigoradas. “Isso pra mim é muito bom, eu tenho 71 ano mais parece que tenho vinte, meu espírito é novo eu gosto de fazer as coisas.”

### **1.9 – Tempo de Dedicção as Atividades e Estimativa de Atendimento**

O tempo dedicado pelas voluntárias ao trabalho na Pastoral – notadamente o acompanhamento das crianças, gestantes e famílias – é um dado relevante pelo que nos mostra da dedicação das líderes. Em alguns casos elas se dedicam mais de uma vez por semana: como uma monitora do EJA que dá aulas duas vezes por semana; como participante das reuniões mensais da coordenação paroquial, da coordenação de área e da coordenação diocesana; como visitadora de famílias e responsável pela pesagem. As líderes não sabem ao certo quantas horas dedicam por semana aos trabalhos da Pastoral.

Entretanto, afirmam que duas vezes por mês fazem as visitas às casas das assistidas e a celebração da vida o que leva aproximadamente duas tardes.

Constatamos que o número de famílias atendidas por líderes pesquisadas varia de 04 a 30. Temos um total de 241 famílias, 294 crianças e 08 gestantes, o que dá em média de 12.05 famílias e 14.7 crianças por líder. O Município de Niterói conta com 115 líderes, dando uma estimativa de 1387.75 famílias e de 1690.5 crianças atendidas pela Pastoral da Criança nas 13 paróquias e suas respectivas comunidades que possuem a Pastoral.

São mulheres com o perfil, capital e dedicação alinhados acima que atuam na Pastoral. Nas próximas seções veremos como elas avaliam o trabalho desenvolvido - notadamente o que é denominado de ações básicas – e o como elas percebem os impactos desse trabalho na vida da população beneficiária e nas suas próprias vidas.

## **2 – A Percepção das Líderes Sobre a Pastoral da Criança**

### **2.1 – Ações Básicas**

Segundo Horochovski<sup>107</sup>, as ações básicas da Pastoral têm como objetivo principal combater à mortalidade infantil. Visam tanto a sobrevivência das crianças como também a melhoria da qualidade de vida e dos locais onde vivem. São desenvolvidas primeiramente junto das mães, mas também envolvem outros membros da família e outras pessoas da comunidade.

Entre as ações básicas o autor destaca as seguintes: o apoio integral às gestantes, vigilância nutricional, controle de doenças diarréicas, controle de doenças respiratórias, ensino de remédios caseiros, estimulação da adesão à vacinação de rotina, educação essencial (que orienta os pais, a família e a comunidade para o seu papel no desenvolvimento global da criança desde a gestação) e prevenção de acidentes domésticos. Destaca ainda ações de cunho religioso como a catequese do ventre materno aos seis anos e ainda uma campanha - A Paz Começa em Casa - que teve início em 1999 e que busca a redução da violência contra a criança principalmente no próprio lar.

---

<sup>107</sup> Horochovski, Rodrigo Rossi. Pastoral da Criança – Estratégias de Legitimação no Terceiro Setor. Curitiba: Juruá, 2003. Pág.: 49, 50.

## 2.2 – Aspectos negativos

A insatisfação na atuação da Pastoral é manifestada por 15% das líderes entrevistadas. Muitas se limitavam a responder só em relação à paróquia ou comunidade onde atuam. Quando comparada com a atuação da Pastoral a nível nacional, uma líder chama a atenção para o desenvolvimento do trabalho no Nordeste, diz ela: “Eu não sei se tô satisfeita, assim, não..., porque eu acho que tá falta muita coisa pra gente ficar satisfeita, falta muita coisa mesmo, entendeu? (...) eu acho que deveria existir outras coisa, ficar mais assistida por eles.” A líder continua o seu depoimento ressaltando o trabalho em outra região. “Parecida com a do Nordeste, porque eu acho, pelo menos, tem no jornalzinho da Pastoral, a gente lê lá é tem um monte de assistida lá, a Pastoral da Criança tem, não sei, tem eventos, tem um monte de coisa, acho que aqui não tem.”

Um importante ponto de partida da avaliação feita pelas líderes é a própria situação vivenciada pelas famílias com as quais elas convivem: a falta de comida, emprego, higiene e educação. Segundo elas, o volume de obstáculos em todas essas áreas seria grande demais para ser abordado apenas pelas ações que desenvolvem, sendo esse um dos principais problemas que elas destacam. No âmbito dessa avaliação, elas salientam as suas discordâncias com um aspecto central da pedagogia do trabalho da Pastoral da Criança: a não doação de alimentos.

Agora negativo..., tem alguma coisa na Pastoral de negativo que não sei..., poderia dar mais, eu não sei, a gente aqui, que trabalha nessa comunidade aqui, na Pastoral a gente não pode dar bolsa de compra porque é proibido, então quer que dê a multimistura pra criança e a criança vai comer com que? Ai eu não acho legal não, acho que poderia sim dar a cesta básica. Eles proíbem mais a gente dá escondido, mais ai não gostam não [?] a gente faz bazar aqui pra dar remédio, eu não acho certo as pessoas passando necessidade precisando das coisas e não poder ajudar.

“Como dar o farelo, a multimistura se não tem com o que comer?” Essa é uma preocupação central delas. Uma outra líder, sobre isso, diz: “O negativo é a fome que eles passam! Entendeu? Às vezes eu chego lá, por exemplo, levo farelo, que é a multimistura. A primeira pergunta que eles fazem. ‘... eu vou comer, vou dar esse farelo com o quê?’”



Em situações como essas, elas manipulam os recursos que possuem e, em alguma medida, reinterpretem as próprias normas da Pastoral. Na dificuldade de ajudar com os próprios recursos, buscam ajuda, pedem o necessário para atender emergencialmente a criança e a família.<sup>108</sup> Uma das entrevistadas fala disso ao dizer: “Aí já sabe o que acontece? Aí eu volto em casa pego o que tem, abro a boca, peço ajuda. E vai eu subindo morro de novo pra ajudar, entendeu?”

Os relatos sobre a pobreza extrema e a dificuldade que ela coloca ao trabalho da Pastoral são consistentes com os dados disponíveis sobre a presença da pobreza em Niterói. Mesmo que a cidade possua bons indicadores gerais de qualidade de vida, é muito forte a presença de comunidades pobres e que contam com pouca assistência do poder público. Especificamente na comunidade Morro do Céu, o grau de pobreza é tão alto que muitos dos seus moradores buscam alimentos no depósito de lixo lá localizado.

se você for na nossa comunidade lá no Morro do Céu, que tem lixeira, você vê criança comendo lixo. É isso! Você vê criança comendo produto, assim que o mercado joga fora por validade vencida. Tudo isso você vê, então a gente tenta educar. E tem também, assim, as mães elas não tem noção que aquilo vai fazer mal pra criança, mais ela não vai deixar morrer de fome o filho (né?).

Um outro aspecto negativo do trabalho destacado pelas líderes é a dificuldade de encontrar pessoas para o trabalho voluntário para todos os projetos, o que terminaria justificando a limitação das atividades nas ações básicas. Sobre isso, uma entrevistada afirma: “Pena que a gente não tem, assim, pessoas pra participar juntos de todos os projetos. Aqui somos poucas líder e não tem gente suficiente pra trabalhar em todos os projetos, a gente faz só mesmo o básico”. Essa mesma líder também associa o não envolvimento com a falta de remuneração. Assim muitos elogiam o trabalho da Pastoral, mas não querem se envolver com ele.

O negativo é que a gente não encontra gente que queira trabalhar, porque é um serviço voluntário (né?), muitas pessoas pensam que vai ganhar alguma coisa e é um serviço voluntário, muitas pessoas não querem trabalhar. A gente pede e tudo, aí vem visitar aqui um dia a celebração da

---

<sup>108</sup> - Uma líder tenta informalmente fazer geração de renda, pois como veremos posteriormente, muitas desconhecem os projetos complementares.

vida. Aí vem olha, ‘muito bom, muito bonito’ da outra vez não aparece. Mais a gente precisa de muita gente pra trabalhar, porque têm muitas crianças aqui e a gente não tem como abranger todas as crianças.

Isso coloca questões relevantes sobre as possibilidades de expansão do voluntariado no Brasil. Como bem destacou Góis (1999), nos Estados Unidos a existência de uma ampla rede de voluntários esta associada à longa tradição de associativismo daquele país, mas também à existência de uma classe média dotada de condições financeiras e de tempo livre disposta a contribuir com ações sociais as mais diversificadas. Nesse caso, os voluntários operam um processo de distribuição de recursos culturais e financeiros sem que isso necessariamente afete as suas próprias condições de vida. O Brasil não conta com nenhuma dessas duas condições: nem tradição de voluntariado nem uma ampla classe média. Assim, muitas vezes, as trocas solidárias, as redes sociais e o voluntariado operam um processo de redistribuição da escassez que impedem a sua maior efetividade e influencia negativamente nas possibilidades de inserção das pessoas em termos de duração e de número médio de horas. Apesar dessas limitações, no caso da Pastoral, como vimos acima, o tempo de permanência e de dedicação semanal das líderes é relativamente alto e difere do padrão brasileiro.

Além dos elementos já destacados, as líderes também destacam como elemento negativo a morte de crianças, a falta de estrutura de local para o trabalho e o pouco apoio do pároco.

“eu acho que o pior, eu prefiro que não tenha. Mas o pior é quando a gente vê que perde uma coisa, assim, uma criança principalmente. É o que tem de pior na Pastoral. Acho, assim, não sei se também é o de pior, mais eu pensei por que essa idade até seis anos só. Acompanhar de zero até seis anos só. Podia ser uma idade mais de seis anos, acompanhar eles até mais de seis anos (...) Sei lá, acho, no mínimo dez anos.

“Pior é quando a gente vê uma criança rum, tá internada, até aconteceu já crianças que morrem, acho triste (né?), triste! E as vezes a gente nem pode fazer nada (né?).”

“De pior, assim..., se a gente tivesse o apoio do pároco seria bem melhor pra gente.”

“Pra mim é aquela sala ali que a gente não consegue uma sala melhor. A gente gostaria de colocar a balança e sair pelas ruas mais os lugares é tão difícil.”

Esses depoimentos nos chamam a atenção para problemas específicos que cada líder enfrenta em sua comunidade. Contudo, eles estão presentes nas diferentes comunidades e são sempre apresentados em tom de tristeza e insatisfação.

No que pesem as críticas feitas, as líderes também identificam um conjunto consistente de aspectos positivos envolvidos no trabalho que desenvolvem. É disso que trata a próxima seção.

### **2.3 – Aspectos Positivos: a Pastoral da Criança como Agente Gerador de Capital Social**

O que buscamos entender nesta parte do trabalho é a capacidade de formação de capital social que a Pastoral da Criança tem através das atividades dos seus milhares de líderes voluntários. Para tanto, inicialmente abordaremos brevemente a produção sobre capital social a fim de entendermos melhor alguns temas que estão associados a ele: capacidade de transformação social frente às novas demandas sociais e a redistribuição das responsabilidades entre o Estado a sociedade civil e o mercado. Em seguida apontamos dois exemplos de desenvolvimento de capital social na sociedade brasileira. Por fim falamos sobre especificamente sobre o capital social na Pastoral da Criança.

A atuação material é antiga, porém a definição do termo dar-se ao final do século XX, segundo Costa, por Pierre Bourdieu e por James Coleman, que definiram o termo capital social nos anos 1980 “como laços sociais que possibilitam vantagens e oportunidades a indivíduos e comunidades.”<sup>109</sup> Segundo a autora, Bourdieu tem como foco os benefícios que resultam da participação dos indivíduos em grupos e, conseqüentemente, os ganhos que a sociabilidade pode trazer aos indivíduos. Bourdieu definiu capital social como “o agregado de recursos reais ou potências que são ligados ao domínio de uma rede permanente de conexões institucionais de habilidades ou reconhecimento mútuos.”<sup>110</sup>

Costa aponta uma dimensão mais participativa dos movimentos da sociedade civil analisando novas demandas sociais e obtendo maior legitimidade popular.

---

<sup>109</sup> Costa, Maria Alice Nunes. Sinergia e Capital Social na Construção de Políticas Sociais: A Favela da Mangueira no Rio de Janeiro. Revista de Sociologia, n<sup>o</sup> 21: 83-108. Nov. 2003. Pág. 155.

<sup>110</sup> Ibid.

Ao tratar da redistribuição de responsabilidades entre o Estado, a sociedade civil e o mercado, enfatizam-se ações que buscam a solidariedade e a justiça social como cimento que agrega esses blocos. A cooperação e a confiança passam a fazer parte do novo processo de interação comunitária, em que se deve compartilhar democraticamente os interesses.<sup>111</sup>

Tendo a cooperação e a confiança como elementos fundamentais no processo de integração comunitária, busca-se compartilhar os interesses comuns das pessoas gerando uma participação ativa dos agentes sociais, tornando-os catalisadores das relações sociais que envolvem cooperação entre membros da sociedade

Valdivieso aponta que o capital social é entendido por Putnam como aspecto das organizações sociais como redes, normas e sobretudo a confiança que facilita a ação e a cooperação para o benefício mútuo. Isso, por sua vez, leva a coletividade um alto nível de associativismo o que conduz a uma melhor participação e organização na vida cívica.<sup>112</sup>

Lechner chama a atenção para que a noção de capital social tem sido conhecida através da obra de Putnam. Segundo ele, Putnam define o capital social como “rasgos de la organización social como confianza, normas y redes que pueden mejorar la eficiencia de la sociedad facilitando acciones coordinadas.”<sup>113</sup>

Em relação ao melhor desenvolvimento econômico e desempenho institucional entre o Norte e o Sul da Itália, Putnam ressalta a existência de uma “comunidade cívica”<sup>114</sup> que resulta de um processo histórico de tradição associativa que é preservada através do capital social, que por sua vez evita as dificuldades de ações coletivas em função de laços de confiança pessoal entre os indivíduos, prevalecendo normas de reciprocidade e de compromisso cívico.

Baquero afirma que “o capital social ajuda no desenvolvimento econômico de uma nação; fortalece a ação coletiva e incide positivamente no grau de sofisticação política das pessoas”<sup>115</sup>. No caso do Brasil o autor aponta uma ausência de maior participação das

---

<sup>111</sup> Ibid. Pág. 148.

<sup>112</sup> Valdivieso, Patricio. Capital Social, Crisis de la Democracia y Educación Ciudadane: La Experiencia Chilena. Revista de Sociologia, nº 21: 83-108. Nov. 2003. Pág. 20.

<sup>113</sup> Lechner, N. “Desafios de un Desarrollo Humano: Individualización y Capital Social” em Instituciones y Desarrollo, PNUD-IIG, Barcelona: 2000. Pá. 19/20.

<sup>114</sup> Ibid. Pág. 20.

<sup>115</sup> Baquero, Marcello. Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil. Revista de Sociologia, nº 21: 83-108. Nov. 2003. Pág. 8.

pessoas tendo um alto grau de contestação e uma reduzida participação em partidos políticos, participação de comícios, discutir políticas, etc. Todavia, segundo o autor, há uma contradição no Brasil entre avanço tecnológico e o agravamento do quadro social, refletindo no aumento da exclusão social e menor condição do Estado em responder às demandas sociais. Diante desta situação observa-se a resiliência das pessoas buscando formas estratégicas de superação das dificuldades.<sup>116</sup>

Putnam, segundo Abu-El-Haj, “observou que a complementação entre as ações institucionais públicas e as ações coletivas fortalece o engajamento cívico”.<sup>117</sup> Tendo de um lado a coletividade de pessoas reforçado por laços de confiança geradora de capital social, e por outro o “Estado liderado por elites políticas reformistas e determinados a firmar normas transparentes que regulem a interação entre os interesses organizados facilita a propagação de na vida pública ativa e dinâmica.”<sup>118</sup>

As fontes de confiança passam na teoria de Putnam por uma vertente de cultura política e por histórias particulares que determinam a existência ou não do associativismo horizontal que é base para o desenvolvimento cívico. Segundo Putnam existem duas formas de associativismo: horizontal e o vertical. O primeiro aglutina pessoas iguais em status e poder. Já o segundo estabelece relações entre pessoas diferentes dificultando o engajamento cívico e a auto-organização em relação as sociedades baseadas no associativismo horizontal.

O associativismo horizontal, fruto de confiança, normas e redes de solidariedade, produziria relações cívicas virtuosas, ao passo que a verticalidade - associativismo dominado por desconfiança, ausência de normas transparentes, faccionismo, isolamento etc. - causa a obstrução da ação coletiva.<sup>119</sup>

Frey, ressalta que para Putnam o capital social “é sinônimo da existência de confiança social, normas de reciprocidade, redes de engajamento cívico e finalmente de uma democracia saudável e vital”<sup>120</sup> e são as organizações da vida social, tais como grupos religiosos, sindicatos de trabalhadores, associações de pais e professores etc., que promovem a confiança social e interpessoal e conseqüentemente o crescimento do

---

<sup>116</sup> Ibid. Pág. 85.

<sup>117</sup> Abu-El-Haj, J. “O Debate em Torno do Capital Social: Uma Revisão Crítica”, BIB, 47, JJ. 1999. Pág. 69.

<sup>118</sup> Ibid.

<sup>119</sup> Ibid.

<sup>120</sup> Frey, Klaus. Desenvolvimento Sustentável Local na Sociedade em rede: O Potencial das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação. Revista de Sociologia, nº 21: 83-108. Nov. 2003. Pág. 167.

engajamento cívico. Através da densidade de todos os tipos de associações em uma sociedade que se verifica o estoque de capital social, podendo ser medido através do levantamento quantitativo do envolvimento e da participação em associações.

Segundo Frey, Putnam, “considera os movimentos sociais como uma das tendências contrárias ao declínio geral do capital social nos Estados Unidos”.<sup>121</sup> Porém quando faz a comparação com associações tradicionais estabelecidas nas comunidades, Putnam vê nesses movimentos, terceiro setor, uma deterioração qualitativa. Alega que estas “organizações não providenciam nem conexão entre membros, nem engajamento direto em uma forma cívica do dar-e-receber, e certamente elas não representam ‘democracia participativa’. Cidadania por representação é o oxímoro”.<sup>122</sup>

Conforme Frey, para Putnam, essas associações, movimentos sociais e as organizações em geral do terceiro setor, “falham no concernente à sua mais importante tarefa: a promoção de confiança social.”<sup>123</sup> Ainda segundo o autor,

Do ponto de vista brasileiro, podemos levantar pelo menos duas objeções: Em primeiro lugar, movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ou organizações não-governamentais como a Pastoral da Criança certamente não são, como Putnam alega, desconectados da sua base social. Ao contrário, e apesar de certas contradições que tais experiências sempre acarretam, são novas formas emergentes de vida social e de engajamento político, capazes não apenas de renovar os laços sociais das comunidades, mas também de promover novas formas de participação pública visando à transformação das condições sociais e políticas. De fato, tais organizações atuam localmente, mais ao mesmo tempo, procuram reconhecimento em âmbito nacional e até internacional. Adotando a categorização de Manuel Castells, podemos enquadrá-las até nos ‘mais influentes movimentos sociais [que], simultaneamente, são enraizados no seu contexto local e visam a alcançar impacto global. Eles necessitam da legitimidade e do apoio provido pela relação de confiança estabelecida com grupos locais; contudo, não podem permanecer locais, ou perdem sua capacidade de agir sobre as fontes reais de poder em nosso mundo’.<sup>124</sup>

O MST teve em sua gênese pessoas formadas nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) com suporte teológico na Teologia da Libertação, o que denota uma certa “ideologia” de transformação social. O mesmo pode ser dito em relação à Pastoral da Criança. Buscando outros exemplos para entendermos o desenvolvimento do capital social

---

<sup>121</sup> Ibid. Pág. 169.

<sup>122</sup> Ibid. Pág. 169.

<sup>123</sup> Ibid. Pág. 169.

<sup>124</sup> Ibid. Pág. 169/170.

apresentamos o caso de duas comunidades no Ceará e o famoso caso da Favela da Mangueira no Rio de Janeiro.

Mayorga<sup>125</sup> e outros apresentam um trabalho de pesquisa realizado nas comunidades de Lustal e Sítio Lagoa no Município de Tauá no Ceará, para demonstrar como variáveis como confiança, solidariedade, interação, cooperação e normas sociais são geradoras de capital social e contribuem para o desenvolvimento destas comunidades rurais marcadas pela seca e conseqüentemente pela pobreza. Segundo os autores, a comunidade de Lustal apresenta um melhor índice de desenvolvimento em relação à de Sítio Lagoa, refletindo a capacidade de organização e mobilização da comunidade e intensa interação entre Prefeitura e comunidade. Sendo favorecida por projetos de irrigação pela passagem do Rio Trici e a localização próxima a Sede da Prefeitura Municipal, essa comunidade, segundo os pesquisadores, é conhecida pelo seu passado de luta, que possibilitou uma melhor qualidade de vida para seus habitantes. Em contra partida a comunidade de Sítio Lagoa encontra-se praticamente isolada, distante 60 quilômetro da Sede do Município, nunca foi estimulada a trabalhar em mutirão ou qualquer outra atividade em cooperação com a população. Os pesquisadores, apontam que a comunidade não conseguiu organiza-se para o projeto São José do Governo do Estado do Ceará, para reivindicar a instalação de energia elétrica.

Os valores apresentados pelos pesquisadores revelam que o índice de capital social da comunidade é de 78% a mais de capital social que a comunidade de Sítio Lagoa. Entre outros índices no final da pesquisa, confirma-se que a comunidade de Lustal é 84% menos vulnerável aos impactos da seca do que a comunidade de Sítio Lagoa. Concluem, ainda, que Lustal aparece melhor dotada de capital social e capital físico que a comunidade de Sítio Lagoa e uma segunda conclusão refere-se à relevância da participação cívica.<sup>126</sup>

Costa<sup>127</sup> apresenta um estudo de caso sobre o Programa Social da Mangueira verificando a ação do capital social nesta comunidade. Ela adota o conceito de capital social de Putnam, uma vez que os projetos sociais na favela surgiram em torno da Escola de Samba. A autora ressalta que a Mangueira é uma comunidade de baixa renda e foi

---

<sup>125</sup> Mayorga, F. D. O. e Outros. Capital Social, Capital Físico e Vulnerabilidade do Sertanejo: o Caso das Comunidades de Lustal e Sítio Lagoa no Município de Tauá, Ceará. RER, Rio de Janeiro, vol. 42, nº 01, p. 111-132. 2004.

<sup>126</sup> Ibid.

<sup>127</sup> Costa, Maria Alice Nunes. Sinergia e Capital Social na Construção de Políticas Sociais: A Favela da Mangueira no Rio de Janeiro. Revista de Sociologia, nº 21: 83-108. Nov. 2003. Pág. 158.

constituída com uma população basicamente negra, filhos e netos de escravos. Ali, a cultura cívica surgiu através de atividades artísticas, culturais e esportivas. Na organização do carnaval e na música - elementos que possibilitavam a integração dos membros da comunidade – foram sendo estabelecidos laços de solidariedade que possibilitavam enfrentar as dificuldades as difíceis condições de vida. “O ambiente de solidariedade, aliado à forte identidade cultural de seus membros na busca de um objetivo comum, lançou as bases do estoque de capital social da comunidade.”<sup>128</sup>

Segundo Costa apesar do baixo índice de associativismo, coisa de 18% de associados a algum órgão comunitário é compensado de alguma forma pela participação ativa na Escola de Samba que consegue aglutinar a população da comunidade inculcando hábitos de cooperação e solidariedade. Consegue-se estabelecer uma relação entre o papel do Estado, da sociedade civil e do mercado - com empresas que atuam juntamente com a comunidade com responsabilidade social.<sup>129</sup>

Na seqüência desse capítulo, apresentamos o desenvolvimento do capital social na Pastoral. A captação da sua presença foi feita perguntando às líderes o que elas mais gostavam em relação ao seu trabalho.

Quando averiguamos o que há de melhor na Pastoral da Criança, as líderes apontam a recuperação das crianças desnutridas, a amizade, a união, a alegria das crianças e a solidariedade. É o que notamos nos seguintes depoimentos das líderes:

“Então o que ha de bom na Pastoral é a gente vê aquela criança que estava desnutrida e depois não tá mais.”

“Acho que é essa solidariedade um com o outro, de um estar querendo ajudar o outro se importar com o problema do outro.”

“O que há de melhor..., respeito, dignidade..., é troca de afeto: família-líder, líder-família.”

“A nossa amizade (né?), aqui a gente conhece mais as pessoas. Isso é muito bom.”

Um dos primeiros aspectos que destacam é a própria atuação a qual, a despeito das limitações referidas anteriormente, permite a elas fazer coisas prazerosas e que consideram importantes. A satisfação pessoal no trabalho voluntário é apresentada pelas

---

<sup>128</sup> Ibid.

<sup>129</sup> Ibid. Pág. 161.



líderes de diversas formas. Desde a alegria de ajudar o próximo, a felicidade de verem as crianças recuperando peso e a alegria no dia da celebração da vida, ou mesmo, por uma valorização pessoal, como revela uma líder de 65 anos. “Porque eu me acho capaz de alguma coisa.” É o grau de satisfação pessoal e a credibilidade na instituição que garante a permanência destas voluntárias por tantos anos na Pastoral.

A atuação da instituição leva a um maior grau de satisfação, com 85% de líderes satisfeitas. Em um depoimento registramos: “Estou satisfeita porque a Pastoral atendeu essas famílias, entendeu? Num certo ponto ajudou muito, não financeiramente, mais é, assim, em palavras, carinho eu acho que sim.” Percebemos que nesta fala a líder faz uma avaliação da atuação da Pastoral na própria comunidade em relação às famílias assistidas.

Um outro aspecto relevante é a possibilidade dada pelas atividades de estreitamento de laços com membros da comunidade, o que seria um componente central da noção de capital social discutida anteriormente. É nesse processo de estreitamento que são construídas redes e ampliadas formas mais solidárias de viver. A forma como esse processo é formulado na fala das líderes é através da tradicional imagem da “família”.

Positivo (...), assim, da parte da alfabetização pra adulto. Eu acho muito importante, os adultos aprenderem (né?) que eles tem dificuldades, é muito difícil de ensinar pra eles, e eles se sentem bem, se sentem acolhidos, sabe? (...) Já se acaba se tornando uma família, sentindo, assim, conhecendo a pessoa que esta ali com eles dando a aula e tal, eles acabam se tornando uma família.”

O estreitamento desses laços, ao seu turno, permite – outro componente essencial da discussão sobre capital social – a produção de uma relação de confiança entre os diferentes atores comunitários.

Nas atividades da instituição encontramos o que a Pastoral chama de Celebração da Vida – dia da pesagem – que é um dia de grande satisfação pessoal das líderes. É o momento que se encontram todas trabalhando, pesando as crianças, anotando e comparando o peso dos meses anteriores. Elas relatam que conversam com as mães e acompanham o cartão de vacina das crianças e que esse dia é de muita alegria, um dia especial, muito importante como notamos na fala de uma entrevistada: “É um dia muito importante que estão tudo mundo aqui reunido às famílias as mães as crianças as líder tudo junta.”

É nessa união, que mães ficam conversam com outras e com as líderes. A atividade desse dia possibilita a vida associativa entre o grupo de líderes e de mães atendidas; é ai

que as líderes destacam a união, a conversa, a alegria das crianças com as brincadeiras e lanche. Possibilita ainda o contato afetivo entre as crianças e, quando é possível, trabalhar o lúdico. Como nos informa uma líder de 60 anos:

Um dia especial, muito especial. Porque é nesse dia que a gente recebe aqueles pimpolhos, vamos saber como eles estão se teve alguma coisa apesar das visitas que a gente faz nas casas, antes da pesagem a gente vai nas casas pra avisar e pergunta como foi, se foi ao médico, cartão da vacina se tá tudo em dia. E depois quando eles chegam aqui é aquela alegria. Criança na hora de colocar no “saquinho” têm umas que choram, mais na hora do lanche e aquela alegria. As mães ficam conversando entre elas ali, quando não tem alguém pra dar palestra, aí ficam conversando entre si geralmente tem alguém pra brincar com as crianças e elas ficam batendo papo.<sup>130</sup>

### **2.3. 1 – Mudanças na Vida da Comunidade e da Líder**

Uma outra dimensão aludida diz respeito aos impactos do trabalho na própria comunidade. As líderes dizem reconhecer mudanças na comunidade ou na vida das atendidas depois do ingresso da Pastoral e acreditam que estas mudanças ocorrem devido à sua intervenção.

Houve uma maior conscientização das mães no cuidado com os seus filhos. Uma entrevistada afirma: “A conscientização das mães pra melhor cuidar das crianças, a gente fica em cima, eu acho que mudou um pouco, nesse modo no tratamento das crianças.” As líderes acrescentam que é fundamentalmente a desnutrição um dos mais importantes fatores de mudança: “Ah! o índice de crianças desnutridas entendeu? Agora não têm muito problema de desnutrição”. Afirmam que, este fator está relacionado à matrícula em creche, que é também um dos trabalhos realizados pela Pastoral da Criança, pois contam que normalmente as creches não têm vagas.

Uma outra forma de mudança observada, ainda que tímida, é a tentativa de geração de renda, a qual busca contribuir para o rompimento com a dependência da mulher em relação ao marido, o que transforma a vida da atendida e da comunidade.

---

<sup>130</sup> - Todas as líderes avaliam esse dia da pesagem com o dia mais importante. Esta atividade acontece uma vez por mês, geralmente em um sábado ou domingo. As visitas domiciliares acontecem, na semana anterior da celebração da vida, onde as líderes vão as casas das atendidas, conversando e convidando para a pesagem.

eu estou dizendo que é positivo, porque gera nesse momento, por exemplo, eu faço um trabalho. Eu tô falando, meu trabalho dentro da igreja, com as mães da Pastoral. Nós fazemos um trabalho e trabalhos manuais. São trabalhos que, por exemplo, o ponto cruz, o crochê, flores de meia de seda. É, agora vamos trabalhar sábado, amaciante, detergente, entendeu? O trabalho para mim, tudo tem valor e tudo tem uma saída para ela não viverem sujeitas aos maridos. Eu acho, na minha opinião (né?), que eu incentivo elas não dependerem totalmente dos maridos.

Uma outra dessas mudanças seria a expansão de relações mais solidárias, o que reverteria desavenças passadas e estimularia a amizade entre moradores, algo expresso nas manifestações de ajuda mútua.

“As pessoas ajuda, são mais solidárias, as pessoas se tornaram mais amigas a gente conhece mais um o problema do outro (né?)” (...)“antigamente não a gente via as pessoa passar e nem sabia o que estava acontecendo, agora a família que a gente acompanha a gente vai fundo naquele problema, a gente se torna amiga da família.”

Exceto pelas duas líderes mais idosas, 90% das entrevistadas afirmaram que o serviço voluntário trouxe mudanças em suas vidas, a exemplo de incutirem nela uma postura mais solidária, as ajudaram a vencer o que chamam de “egoísmo” e a adotarem uma postura mais aberta diante da vida.

“Ah! Muita coisa, eu era, assim, fechada e esse trabalho da Pastoral da Criança ajudou muito. Ajudou a gente conversar mais, conviver mais, aprender as coisa da Pastoral que a gente não sabia, ajudou muito”.

Um outro elemento referido por elas é a própria aquisição de habilidades intelectuais e sociais até então vistas como fora do seu universo. Uma delas, de baixa escolaridade, refere ter adquirido capacidade que antes não possuía de falar em público, de dirigir-se as pessoas:

“Mudou, que de primeiro eu quase não saia de casa, agora eu saio vou visitar as família, tem umas que recebe muito bem, aquela que recebe muito, bem que eu sinto muito bem até pra dentro eu entro.”

Outra líder de 65 anos, que também é empregada doméstica e que possui o Ensino Fundamental incompleto, também refere às mudanças na sua vida salientando a surpresa por elas terem se dado: “Mudou muito! A gente nem sabia que era capaz de fazer e passa a

fazer. É muito bom... Eu fico feliz em trabalhar em grupo, a gente se sente mais gente também...” Estas mudanças são nítidas em pessoas que em função da trajetória de vida se abrem para novos horizontes, aprendem novas coisas e rompem com muitas das limitações impostas pela posição sociocultural que vêm ocupando. Adicione-se a isso a sensação de serem mais respeitadas e reconhecidas na comunidade por estarem fazendo parte de um trabalho social vinculada a Pastoral da Criança que possui um reconhecimento e divulgação na Mídia. Como destacou uma delas: “Hoje você vê a valorização da pessoa é outra coisa. Você chega na rua, você é reconhecida, as crianças te vê “Oi tia!” Quando você sobe o morro ‘vem chegando a tia da Pastoral.’”. A maioria das líderes falam das transformações vividas por elas e do alto grau de empoderamento que isso gerou a partir de inserção na Pastoral.

Dos pontos positivos das ações básicas e dos projetos complementares que são cabazes de gerarem um impacto nas comunidades e nas líderes, retomamos a seguir a possibilidade de formação de capital social.

### **3 – Trabalho na Pastoral e Capital Social**

Entendemos o capital social como um catalisador social que envolve relações sociais definidas e que ultrapassam a dimensão da solidariedade, permitindo ações cooperativas capazes para resolver os problemas comuns de uma dada coletividade. Os indicadores como confiança, obrigações, redes, amizade, cultura, normas, solidariedade e engajamento cívico explicam o capital social. Encontramos alguns destes indicadores na atuação da Pastoral da Criança, como veremos.

#### **3.1 – Confiança**

Segundo Reis<sup>131</sup> o capital social pode ser uma variável forte para explicar os diferenciais de desempenho de instituições em um determinado contexto social. Ele aponta o capital social como elemento facilitador da cooperação voluntária. No caso do Brasil,

---

<sup>131</sup> Reis, Bruno Pinheiro W. Revista de Sociologia e Política Nº 21: Novembro de 2003. Pág.:46.

contudo, a sua expressão fica comprometida em função da baixa confiança entre a população. Diz ele que “o Brasil tem ressaltado ser uma espécie de campeão mundial da desconfiança, com um consistente padrão de respostas em que mais de 90% da população opta por responder que não se pode confiar na maioria das pessoas”<sup>132</sup>

Reis aponta que Couch e Jones sintetizam a confiança em três níveis fundamentais: a) confiança generalizada, que abarca toda a humanidade; b) confiança relacional, que se refere a pessoas específicas, conhecidas e c) confiança em rede, voltada para redes sociais ou familiar. Segundo o autor, para Putnam a confiança “seria gerada e realimentada pelas redes horizontais de cooperação recíproca disseminadas no interior de uma população.”<sup>133</sup>

Para mensurar o grau de capital social entre as líderes da Pastoral da Criança em Niterói também recorreremos a indicadores de relação de amizade, confiança em outras líderes e na comunidade, relação com as famílias que são atendidas, motivação para o trabalho voluntário, colaboração entre líderes, comprometimento de reciprocidade e engajamento em outras organizações.

### **3. 1. 1 – Amizade Como Relação Social**

O grau de amizade apresentado revela a afetividade quando comparadas a irmãs ou como uma família. Todas as entrevistadas admitem que exista amizade entre elas. “Muita! Todas somos irmãs, carinho uma com a outra.” ou ainda na fala de outra líder que diz: “Somos como se fosse uma família.”

A amizade não fica só no âmbito do trabalho voluntário. Ela se expande para fora dos trabalhos da Pastoral. “Existe amizade, somos unidas mesmo, a gente se reuni todo mês, sabe? Quando tem festinha, aniversário de uma ou outra, essas coisas.” Essa relação, ainda é expressa como união e relacionada a uma força superior, o que mais uma vez reflete a marca religiosa presente na vida das líderes. E uma entrevistada afirma, quando indagada sobre o vínculo entre elas: “Existe sim. Graças a Deus, é uma união, sabe?” Essa amizade não acontece só entre as líderes da mesma comunidade: “E, assim, a gente está sempre em contato uma com outra, a gente tem uma amizade (né?). E não só na minha

---

<sup>132</sup> Ibid.

<sup>133</sup> Ibid.

comunidade, assim, onde eu atuo nas outras também.” Às vezes, essas relações são expressas em termos bastante acentuados que denotam uma interdependência entre elas:

Existe! Existe sim. Porque praticamente, a gente depende uma da outra (né?), a gente depende uma da outra, a gente faz as visitas juntas, porque onde a gente mora é meio perigoso, vamos dizer assim, então andar sempre junta, assim, todas unidas é melhor porque onde a gente vai tem coisa, assim, a gente as vezes toma conta de filhos de traficante, sabe como? Então aquilo você não, junto ali eles tem um respeito na comunidade por você e não é isso, nós todas juntas temos muita credibilidade com eles. E é isso que ajuda muito, assim. Em relação se você não pode fazer a visita, você, elas vão por você, elas te ajudam, tudo isso, assim.

Segundo Power e González<sup>134</sup> a confiança é um elemento importante para o conceito de capital social. Conforme os autores, as normas, redes e outras formas de nos conectarmos é o que permite as pessoas trabalharem em conjunto mais efetivamente. Desta forma tentamos mensurar a relação de amizade e de confiança interpessoal, social e mais adiante institucional. Dados da pesquisa revelam que há uma grande interação entre a amizade e a confiança interpessoal. Somente 5% das entrevistadas declararam não confiarem nas outras líderes, apesar de afirmarem ter alguma amizade.

A teoria de capital social inovada por Putnam diz que quanto mais as pessoas se relacionam mais confiança existirá entre elas. Conseqüentemente, dentro do modelo de Putnam, “a confiança interpessoal está associada à tendência de proliferação de associações secundárias e com o resultante crescimento no poder da sociedade civil”<sup>135</sup>. Ele aponta que na medida em que o associativismo cresce em uma determinada sociedade, os cidadãos obtêm mais empoderamento o que leva a um comportamento mais responsável por parte de seus líderes políticos.

---

<sup>134</sup> Power, Timothy J. e González, Júlio. Cultura Política, Capital Social e Percepções Sobre Corrupção: uma investigação quantitativa em nível mundial. Revista de Sociologia e Política Nº 21. Novembro de 2003. Pág. 52.

<sup>135</sup> Ibid. Pág.: 65.

### 3. 1. 2 – Relação de Confiança Entre as Líderes e as Atendidas

A confiança aludida se expressa em diferentes indicadores. Um deles é o próprio sentimento de gratidão das mães. Igualmente, se expressa em momentos pequenos, mas relevantes da relação:

“Eu gosto muito do trabalho, eu vejo, assim, as mães ficam extremamente agradecidas, a gente tem muita cumplicidade com a família muita confiança. (...) Eu acho interessante, e, inclusive, assim, muitas desabafam (né?) com a gente, assim elas confiam (né?) na gente. Aí muitas, assim, têm problemas que às vezes, que o marido é, é presidiário, entendeu?”

Assim como entre as líderes e as mulheres da comunidade, a confiança entre as líderes também aumentou ao longo do tempo, o que também expressa a capacidade da Pastoral de gerar capital social. Essa confiança passa por uma identificação entre elas: “Eu confio. Ah! Porque eu acho que elas são igual a mim, são honesta igual a mim.” E outra líder declara confiar por serem mulheres, mães e terem o mesmo objetivo: “Confio. Porque eu acho que ela é, assim, mulher como eu, é mãe também, também por ser líder também e a gente temos o mesmo objetivo, então eu confio sim nelas também.”

Por fim, vale destacar a questão da confiança na comunidade. A maioria das entrevistadas afirma que confia na comunidade quando relacionada à própria paróquia, tendo uma relação de pessoas conhecidas e amigas e solidárias, o que podemos chamar de confiança relacional. Contudo, não relatam a mesma confiança quando saem do âmbito paroquial e falam a respeito da comunidade como lugar comum, espaço geográfico, onde todos moram e se relacionam ou indiretamente no dia a dia.

Segundo Koenig, os sociólogos concordam que a comunidade é um grupo de pessoas que ocupam um dado território, com o qual se identificam, e que há um determinado grau de solidariedade.<sup>136</sup> Nesse sentido a relação de confiança fica comprometida em comunidades que não atingem o mínimo grau de solidariedade. Como nos relata uma líder.

---

<sup>136</sup> Koenig, Samuel. Elementos de Sociologia. Editora Zahar Editores Rio de Janeiro. 1982. Pág.: 210.

(...) o nosso bairro pegou, passou por um momento, momentos muito violentos, nos tivemos vários dias aqui de tiroteio mesmo, de fogo cerrado, nossa Paróquia foi atingida, graças a Deus que não feriu ninguém. Mais nós passamos por várias situações aqui só Deus mesmo pra nos livrar, então, assim, a gente confia porque nós confiamos em Deus (né?) em primeiro lugar. (...) Então as pessoas ficam assim, meio desconfiadas (né?) porque a qualquer momento, a gente não sabe o que pode acontecer, a gente, a gente vai levando (né?), a gente vai entregando na mão de Deus como o padre fala tem que dobrar o joelho, pedir a Ele que nos proteja, que mantenha essa paz que voltou graças a Ele. E essa geração que está nascendo agora, as crianças não podem ouvir um barulho que ficam chorando, ficam nervosa, tem criança que até tem que tratar, por causa da, do nervosismo (né?) de sofrer no tiroteio de ficar no chão, chorando e tal.

Em um ambiente de risco, a relação de confiança, que procuramos, fica comprometida, não atendendo a definição mínima de comunidade. Mesmo assim, líderes de comunidades menos marcadas pela violência afirmam confiar. Porém, é na comunidade paroquial em que elas confiam e buscam o conforto emocional e espiritual.

### **3. 1. 3 – Amizade e Confiança Entre as Líderes e as Famílias**

Nessa relação de confiança e amizade, constatamos que no trabalho voluntário na Pastoral da Criança as líderes se relacionam com as famílias atendidas de uma forma positiva. Todas declaram que a relação é boa ou muito boa e algumas vão além, reforçam o vínculo de amizade e confiança partilhando os problemas que possuem. Afirmam: “Todo o tipo de problemas elas falam, entendeu? É super legal, a gente tenta resolver da melhor maneira.” Outra líder diz que a relação é de muito carinho e que: “É um vínculo mesmo de confiança que elas têm em mim.” Essa relação com as famílias atendidas ultrapassam o próprio trabalho levando a uma relação maior de amizade, revelado por uma líder:

A gente mantém um certo contato com elas, assim, até de amizade mesmo, cria-se (né?), amizade com elas, acho muito legal, tem umas que vai até na nossa casa, sabe? Tem umas que elas dão pra gente batizar os filhos. (...) São muitas dificuldades que elas enfrentam, assim, então cria uma confiança e um laço de amizade entre a gente muito forte.

Na relação com a família se destaca a conversa e as trocas de informações. Uma líder afirma que conversa muito com as atendidas e que elas gostam de saber as coisas e perguntam sobre tudo. Em um outro depoimento uma das entrevistadas afirma que a relação é:



Muito boa. Vínculo de amizade, vínculo de confiança é..., eu acho que elas confiam em mim e eu confio nelas, entendeu? Algumas coisas que ela não tem coragem de conversar nem com o marido (né?), com a famílias delas elas me passam os problemas que elas tem e a gente tentar resolver. Acho que nessa parte elas confiam muito em mim.

Da relação com as famílias constatamos elementos fundamentais na geração de capital social, que vai se desdobrando nos outros quesitos, revelando a capacidade transformadora do trabalho voluntário na Pastoral.

### **3. 2 – Motivação, Colaboração e Reciprocidade**

A colaboração entre as líderes voluntárias da Pastoral da Criança fica muito clara, em relação à ajuda mútua que elas prestam quando uma ou outra não podem realizar o atendimento, sejam as visitas, seja no dia da pesagem. Elas estão sempre trabalhando em equipe, unidas e todas as entrevistadas relatam que existe colaboração entre elas.

Já o comprometimento de reciprocidade das mães atendidas, apesar de todo o laço de amizade que as líderes declararam, só se notam em algumas mães. Em geral é com dificuldade que as mães se manifestam para ajudarem, sendo um ou outro caso pontual. A ajuda se limita em servir o lanche no dia da pesagem, varrer, lavar alguma louça, etc. Uma participação em nível de comportamento de cooperação é tímida em relação à capacidade de colaboração entre as líderes.

### **3. 3 - Participação Cívica**

Constatamos que de todas as líderes que participaram da pesquisa, nenhuma teve participação em qualquer outra ONG, movimentos sociais ou foram filiadas a partidos políticos. Apenas uma participa de associação de moradores e do conselho de saúde e outra, de um fórum de saúde mental. Ambas representam a Pastoral da Criança em suas participações nestas atividades. Dentre as líderes encontramos 25% que não participam de nenhuma outra pastoral na Igreja. As outras 75% participam de várias pastorais, entre elas destacamos a catequese e os Vicentinos. Apesar desse baixo grau de envolvimento, todas

sugerem que a Pastoral pode de alguma forma contribuir para um maior engajamento em outras formas associativas.

### **3. 4 – Confiança Institucional**

As variáveis analisadas em relação ao apoio institucional e grau de confiança em dirigentes da Pastoral da Criança, na Igreja e no Governo apresentam uma disparidade. O apoio, incentivo da liderança religiosa é fundamental para um bom desempenho de uma atividade pastoral. No entanto, no caso da Pastoral da Criança, muitas líderes declaram que não existe o apoio do pároco nas atividades. “Do pároco. Vou ser franca não tem não. Tem do vigário que chegou pra gente, do pároco tem não”.

#### **3. 4. 1 - Confiança na Pastoral da Criança**

90% das líderes entrevistadas referem ter confiança total nos dirigentes da Pastoral. Na Igreja o grau de confiança chega também aos 90%, sendo que 10% confiam somente em Deus e não na Igreja. É grande a diferença em relação ao grau de confiança institucional no governo, pois somente 10% confiam nele às vezes. O restante se encontra em total descrédito e apontam a corrupção e o não cumprimento de promessas eleitorais como fator de não credibilidade.

Ah! Já não (risos). Eu rodo e sempre vou falar a mesma coisa porque é..., Eu, (...), digo que politicamente nós estamos, assim, órfãos. Órfãos mesmo. É porque a gente confia, (né?), no homem. E eu como uma líder comunitária, líder da Pastoral principalmente, eu sempre induzo é a minha comunidade a votar. Eu digo como votar. Ensino o que na minha idéia seria certo. Ai, de repente, a gente vê tanta coisa, tanta sujeira na política, né? Então a gente fica, assim, um pouco desanimado. Um pouco não! Totalmente desanimado. Então politicamente eu, eu me sinto, assim, bem órfão mesmo.

Diante das dificuldades e decepções com a estrutura política do país as pessoas ficam cada vez mais desanimadas em relação à participação na política partidária e em relação aos diferentes níveis de governo. As líderes expressaram repugnância e um grau de confiança muito baixo em relação a eles. Daí não ser surpreendente que o projeto de controle social seja praticamente desconhecido por quase todas as líderes entrevistadas,

com exceção de uma que participa diretamente no conselho de saúde e de outra que participa de um fórum de saúde mental representando a Pastoral da Criança. A participação da Pastoral da Criança no Controle Social junto ao Conselho de Saúde é um esforço da instituição de formar pelo menos um articulador por município ou no máximo um por paróquia para ampliar a participação da Pastoral e o seu envolvimento com as Políticas Públicas. O articulador tem a função de acompanhar a atuação do Conselho de Saúde e preencher mensalmente a Folha de Acompanhamento do Conselho de Saúde, FAC - Saúde.<sup>137</sup>

Apesar das descrenças e desconhecimento, as líderes não deixam de acionar as instituições para fazer valer os direitos das mulheres com as quais trabalham. Uma delas relata uma situação na qual uma determinada família não conseguiu atendimento para uma criança nos serviços públicos de saúde e elas levaram o caso para o Conselho Tutelar: “por exemplo, (...) a gente tava com uma família que a criança (...) e Medico de Família não querendo atender. Ai a gente encaminhou (...) Pro Conselho Tutelar, aí ela foi e resolveu lá, e conseguiu que a médica atendesse a criança.” Esse e inúmero outras falas coletadas mostram que a busca por cidadania e a reivindicação de direitos é uma prática constante encontrada nas atividades das líderes comunitárias da Pastoral da Criança.

---

<sup>137</sup> Pastoral da Criança. Participação e Controle Social. Texto-Base do Articulador da Pastoral da Criança Junto ao Conselho de Saúde. Curitiba 2003.

## Conclusão

No contexto das atuais transformações sociais caracterizado pelo desenvolvimento do terceiro setor e pela redução da intervenção estatal, muitas expressões da questão social têm sido gradativamente remetidas para as diferentes redes de solidariedade que em geral buscam preencher as lacunas deixadas pelo Estado e pela falta de interesse do mercado porque não são capazes de gerar lucro, uma vez que ele tem sido capaz de atuar de forma efetiva tanto na atenção as necessidades básicas da população mas também na geração de um tipo de capital social que, ao seu turno, possui potencial para a construção de uma maior capacidade de reclamar cidadania por parte das pessoas envolvidas nas suas atividades.

Fazendo uma leitura dos dados apresentados na pesquisa realizada no Município de Niterói e dos demais capítulos anteriores, podemos afirmar que a Pastoral da Criança é uma grande rede de solidariedade geradora de capital social. Atuando diretamente nas comunidades carentes como um catalisador social que é capaz de gerar mudanças sociais, fomenta a solidariedade, proporciona vida associativa, cria redes de proteção social, rompe com a tradicional compaixão piedosa de caráter medieval que mantém o necessitado atado à gratidão pacífica e o conserva na condição de miserável. Assim, produz o desenvolvimento do capital solidário que encontramos em muitos movimentos sociais e, sobretudo, nos desenvolvimentos das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) dinamizadas por pressupostos da Teologia da Libertação.

A operacionalização dos objetivos da Pastoral da Criança, leva nos a uma reflexão diante das dificuldades e do desenvolvimento de Organizações Não Governamentais. Ligada a Igreja Católica mas não excludente das demais religiões, parceira dos governos mas não partidária. Atuando no controle social, na geração de renda, na alfabetização de jovens e adultos além da saúde preventiva das gestantes e das crianças de até seis anos de idade. Contando com o apoio logístico da Igreja Católica, bem como sua capacidade de gerar capital social e toda tradição no campo assistencial, a Pastoral cria condições de gerar e manter uma rede social fundamentada na solidariedade propulsora de capital social.

O seu trabalho somente pode ser realizado em função de um grande número de pessoas que atuam diretamente nas comunidades e se identificam com as mesmas pelos: seus *habitus*, capital e por se encontrarem no mesmo campo social. E se por um lado se

presta um serviço de proteção social pelo outro, no campo religioso e social, se atende ao poder dominante. Em última instância o indivíduo atua na base da instituição reproduzindo todo o conjunto social do qual ele faz parte com seus *habitus* internalizados. Todavia, as relações estabelecidas pela Pastoral da Criança ao longo da formação da rede de solidariedade transforma as lideranças comunitárias em agentes sociais de transformação rompendo com a estrutura dominante, se não totalmente, ao menos em parte empoderando milhares de mulheres em todo o Brasil.

O voluntariado é representado, na grande maioria, por mulheres muitas sem filhos, ou já, crescidos. Com uma maior disponibilidade de tempo para se dedicar as atividades da instituição. Constatamos uma insuficiência, entre alguns voluntários, de um maior entendimento acerca do que é a Pastoral da Criança, seus objetivos e propostas. Representado uma adesão pura e simples das líderes comunitárias a Pastoral cujas decisões principais são elaboradas na cúpula da instituição. O ponto chave da Pastoral da Criança para atingir seus voluntários é o seu discurso de solidariedade que vem envolvido de um apelo cristológico que transforma, associa a fé em prática.

No Município de Niterói, onde realizamos nossa pesquisa concluímos que, no âmbito da Arquidiocese em sua linha pastoral distante das Comunidades Eclesiais de Base e da Teologia da Libertação, o engajamento da liderança da Pastoral da Criança em outros movimentos, associações, ONGs, filiação a partidos políticos, etc., fica comprometido. Todavia, isso não exclui a sua capacidade geradora de capital político criado em torno de uma religiosidade de uma Arquidiocese “conservadora”.

O pouco apoio dos párocos, as atividades da Pastoral da Criança em suas respectivas paróquias, foi apontado como fator de dificuldade por muitas líderes, o que nos leva a concluir que a grande força da instituição é, de fato, a rede de voluntariado que ela consegue agregar em torno de um discurso de solidariedade.

As expressões de solidariedade e de capital social detectadas na pesquisa revelam a transformação de líderes, de assistidas e das comunidades. Mensurando os indicadores de capital social constatamos alto grau de amizade, confiança institucional, confiança interpessoal, reciprocidade e ajuda mútua.

## Referências

ABU-EL-HAJ, J - “O Debate em Torno do Capital Social: Uma Revisão Crítica”, BIB, 47, RJ.

ADAS, MELHEM. A Fome: Crise ou Escândalo? Ed. Moderna, 20<sup>a</sup> Edição, São Paulo, 1988.

ANJOS, GABRIELA dos. Maternidade, cuidado do corpo e “Civilização” na Pastoral da Criança. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 15(1): 280, janeiro-abril / 2007.

ARAÚJO, ELI. Pastoral da Criança: a força da solidariedade. Londrina, PR: Livre Iniciativa, 2001.

AVELAR, L & CINTRA, A. O. (orgs) 2004. Sistema Político Brasileiro: uma introdução. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Siftung; São Paulo: Fundação Unesp Ed. Capítulo 7 - Andrade, Paulo Fernando Carneiro de.

BAQUERO, MARCELLO. Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil. Revista de Sociologia, nº 21: 83-108. Nov. 2003.

BARRETO, M. I. “As organizações sociais na Reforma do Estado”, in: Pereira, Bresser e Grau, C. O Público Não-Estatal na Reforma do Estado. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

BATALHA, M. MAMENDE. Pastoral da Criança: 20 anos de vidas. Rio de Janeiro: Ed. PUC - Rio de Janeiro: Ed. Desiderata; São Paulo: Loyola, 2003.

BOFF, LEONARDO. Vida Segundo o Espírito. 5<sup>a</sup> ed. Petrópolis. Vozes. 1995.

BONFIM, W L. S e Silva, I. N. Instituições Políticas, Cidadania e Participação: A Mudança Social Ainda é Possível? Revista de Sociologia, nº 21: 83-108. Nov. 2003.

BOTT, ELIZABETH. Família e Rede Social. Coleção Ciências Sociais. Livraria Francisco Alves Editora S. A.

BOURDIEU, PIERRE, 1930-2002. Economia das trocas simbólicas/Pierre Bourdieu: introdução e seleção Sérgio Miceli. - 5. ed. - São Paulo: Perspectiva, 2004.

\_\_\_\_\_. A Dominação Masculina/ Pierre Bourdieu; tradução Maria Helena Kühner. - 2 ed - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CADERNO ABONG. Políticas de Assistência Social: Uma Trajetória de Avanços e Desafios. Nº 30 - Novembro de 2001.

CIEE - Centro de Integração Empresa-Escola. Profissões em alta no mercado de trabalho. São Paulo. 2001.

CANDIDO, ANTONIO. Os Parceiros do Rio Bonito. Estudos sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 2ª edição. Livraria Duas Cidades. São Paulo 1971.

CNBB. Confederação Nacional dos Bispos do Brasil e Pastoral da Criança.

CAPONI, SANDRA. Da compaixão à solidariedade: uma genealogia da assistência médica. Rio de Janeiro> Editora FIOCRUZ, 2000.

CARVALHO, I. M. M. e Almeida, P. H. “Família e Proteção Social”. São Paulo em Perspectiva, vol. 17 nº 2, 2003.

CASTELLS, MANUEL. A Sociedade em Rede. São Paulo. Paz e Terra. 2006.

CONANDA. Diretrizes nacional para a política de atenção integral à infância e adolescência nas áreas de saúde, educação, assistência social, trabalho e para a garantia de direitos/ relatora Zilda Arnes Neumann - Curitiba: Pastoral da Criança. 1996.

COSTA, M. A. N. “Sinergia e capital social na construção de políticas sociais: a favela da Mangueira no Rio de Janeiro”. Revista de Sociologia Política, nº 21, 2003.

DESSAN, M. A. “redes social de apoio durante transições familiares decorrentes do nascimento de filhos”. Psicologia: teoria e pesquisa vol. 16, n.3, 2000.

DOCTRINA SOCIAL da Igreja. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

DURKHEIM, EMILE. Os Pensadores - Durkheim. São Paulo, Abril Cultural, 1985.

FIGUEIREDO, M. F. Figueiredo A. M. C. Avaliação política e avaliação de políticas: um quadro de referência teórica. Belo Horizonte: 1986.

\_\_\_\_\_. Princípio de Justiça e Avaliação de Políticas. Lua Nova, 39, 1997.

FLEURY, SÔNIA. Estado sem Cidadão. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 1994.

FREITAS, RITA de CÁSSIA SANTOS. Em nome dos filhos, a formação de redes de solidariedade: algumas reflexões a partir do caso de Acari.

FREY, KLAUS. Desenvolvimento Sustentável Local na Sociedade em rede: O Potencial das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação. Revista de Sociologia, nº 21: 83-108. Nov. 2003.

GALLETTA, RICARDO. Pastoral Popular e Política Partidária. São Paulo. Paulinas, 1986.

GÓIS, J. B. H. Redes de Solidariedade. IN f. c. t. da Silva. Enciclopédia de Guerras e Revoluções. As grandes transformações do nosso tempo. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

\_\_\_\_\_. AIDS. Enciclopédia de Guerras e Revoluções do século XX. Ed. Campus.

\_\_\_\_\_. Vestígios da Força das Palavras: escritos sobre a AIDS. Tese de Doutorado (Serviço Social). PUC/SP, 1999.

\_\_\_\_\_. A Solidariedade como um Projeto: o aporte teórico de Richard Rorty. Em Pauta Revista da Faculdade de Serviço social da UERJ, RJ, n. 17. 2002.

GUTIERREZ, G. Teologia da Libertação. 6<sup>a</sup> ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

HOROCHOVSKI, RODRIGO ROSSI. Pastoral da Criança - Estratégia de Legitimação no Terceiro Setor. Curitiba: Juruá, 2003.

IBGE. Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios. 1999.

JORNAL - O GLOBO. Boff, Leonardo. 'A Igreja tem que abrir suas portas para o povo'. Domingo, 13 de maio de 2007.

JORNAL - FOLHA de S. Paulo, terça-feira, 25 de abril de 2006.

\_\_\_\_\_. Zilda Arns vai deixar a Pastoral da Criança. 28 de novembro de 2006.

KOENIG, SAMUEL. Elementos de Sociologia. Editora Zahar Editores. Rio de Janeiro. 1982.

LANDIM, L. Ações em Sociedade Militância, caridade, assistência etc. Nau. Rio de Janeiro 1998.

\_\_\_\_\_. Para além do mercado e do Estado? Filantropia e cidadania no Brasil. Rio de Janeiro: ISER, 1993.

LECHNER, N. "Desafios de un Desarrollo Humano: Individualización y Capital Social" em Instituciones y Desarrollo, PNUD-IIG, Barcelona: 2000.

LESBAUPIN, IVO (organizador). Igreja: comunidade e massa: Paulinas, 1996.

LOBATO, L. Avaliação de Políticas Sociais: Notas Sobre Alguns Limites e Possíveis Desafios. Trabalho, Educação e Saúde, 2(1): 95-106, 2004.

\_\_\_\_\_. Algumas considerações sobre a representação de interesses no processo de formulação de políticas públicas. Artigo publicado, Rio de Janeiro 1997.

MAYORGA, F. D. O. e Outros. Capital Social, Capital Físico e Vulnerabilidade do Sertanejo: o Caso das Comunidades de Lustal e Sítio Lagoa no Município de Tauá, Ceará. RER, Rio de Janeiro, vol. 42, n<sup>o</sup> 01, p. 111-132. 2004.



MOTTA, L. B e Aguta, A. C. Novas competências profissionais em saúde e o envelhecimento populacional brasileiro: integralidade, interdisciplinaridade e intersetorialidade. *Ciência & Saúde Coletiva* 12 (2), 2007.

NEUMANN, Z. A. Depoimento: Zilda Arns Neumann: ela criou uma rede de solidariedade que salva centenas de milhares de crianças brasileiras. Ed. Leitura. Belo Horizonte, 2003.

\_\_\_\_\_. *Jornal da Pastoral da Criança*, ano XVI, número 115. Maio 2006. Pág. 3, são mais de 260 mil mulheres voluntárias.

NOBRE, LETÍCIA COELHO da COSTA. Trabalho de criança e adolescentes: os desafios da intersetorialidade e o papel do Sistema Único de Saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*. 8 (4) 2003.

NOVAES, REGINA REYES, *Ações em Sociedade: Militância, caridade, assistência etc.* Organizado por Leilah Landim. Rio de Janeiro: MAU, 1998.

\_\_\_\_\_. *Consciência, Identidade e Cultura: visitando conceitos - Lesbaupin, Ivo (organizador). Igreja: comunidade e massa.* São Paulo. Paulinas 1996.

PASTORAL DA CRIANÇA. *Guia do Líder da Pastoral da Criança*. 8. ed. reimp. Curitiba, 2004.

\_\_\_\_\_. *Auto-estima: se gosto de mim, posso ajudar mais o outro/Pastoral da Criança Curitiba*, 1999.

\_\_\_\_\_. *Programa de geração de renda.* Curitiba. 1997.

\_\_\_\_\_. *Nós Somos a Pastoral da Criança: nossa história e organização.* Pág. 21, Brasília, 1996.

\_\_\_\_\_. *Participação e controle social: texto base do articulador da Pastoral da Criança;* Curitiba, 2003.

\_\_\_\_\_. *Jornal da Pastoral da Criança, Curitiba, PR, agosto de 2005 - Impresso com o apoio do Ministério da Saúde.*

\_\_\_\_\_. *Jornal da Pastoral da Criança, ano XVI, número 115. Maio 2006.*

POWER, TIMOTHY J. e González, Júlio. *Cultura Política, Capital Social e Percepções Sobre Corrupção: uma investigação quantitativa em nível mundial.* *Revista de Sociologia e Política* N<sup>o</sup> 21. Novembro de 2003.

RAICHELIS, RAQUEL. *A Assistência Social e Esfera Pública.* *Social & Sociedade* 56, São Paulo, Cortez, 1998.

RIBEIRO, E. M. “As várias abordagens da família no cenário do programa/estratégia de saúde da família (PSF)”. Revista. Latino-Americana de Enfermagem, vol. 12, nº 4, 2004.

SCARANO, JULIETA. Cotidiano e Solidariedade vida diária da gente de cor nas Minas Gerais, século XVIII. Editora Brasiliense.

SKIDMORE, THOMAS. Brasil: de Castelo a Tancredo. 2ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

TEIXEIRA, FASTINO L. C. CEBs, Cidadania e Modernidade: uma análise crítica. São Paulo. Paulinas, 1993.

\_\_\_\_\_. Os encontros intereclesiais de CEBs no Brasil. São Paulo. Paulinas 1996.

TENÓRIO, FERNANDO G. Gestão de ONGs: principais funções gerências. Rio de Janeiro. FGV. 2003.

VALDIVIESO, PATRÍCIO. Capital Social, Crisis de la Democracia y Educación Ciudadane: La Experiencia Chilena. Revista de Sociologia, nº 21: 83-108. Nov. 2003.

VASCONCELOS, FRANCISCO de ASSIS GUEDES de. Fome, solidariedade e ética: uma análise do discurso da ação da Cidadania contra a fome, a Miséria e pela Vida. História, Ciência, saúde. vol. 11. Rio de Janeiro 2004.

VEJA, revista. Edição de número 1735, de 23 de janeiro de 2002.

VELHO, GILBERTO. “Unidade e fragmentação em sociedades complexas”, e “Trajetória individual e campo de possibilidades”, Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas, Rio de Janeiro: Zahar ed., 1994.

VIANA, A. L. Abordagens metodológicas em políticas públicas. Revista de administração pública. 1995.

WEBER, MAX. Os Pensadores - Weber. São Paulo, Abril Cultural, 1985.

\_\_\_\_\_. Burocracia. In Gerth, H. H & Wrigth Mills, C. Max Weber: ensaios de sociologia. Rio de Janeiro: Zahar, s.d.

WIMMER, GERT FERREIRA e Figueiredo, Gustavo de Oliveira. Ação coletiva de vida: Autonomia, transdisciplinaridade e intersectorialidade. Ciência & Saúde Coletiva 12 (2) 2006.

WWW. rebidia.org.br

WWW. idis.org.br